

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

### ACTA Nº 83

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e sete, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião ordinária de Setembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, Fernando Tavares Marques e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo o Primeiro em substituição do titular do cargo por não se encontrar presente e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Lourenço Martins dos Santos, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, António de Sousa Dinis Correia, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, José Alberto Martins de Carvalho, João Tavares Duarte, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raúl Ventura Martins e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Élio Manuel Delgado da Maia e Francisco Manuel Alves da Costa Braga, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da Sessão ordinária do mês de Setembro, cujos pontos a seguir se transcrevem:

*PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;*

*PONTO N.º 2 - PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE AVEIRO - PARECER;*

*PONTO N.º 3 - DERRAMA;*

*PONTO N.º 4 - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA.*

Seguidamente deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Senhores Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, as seguintes actas:

*ACTA N.º 70 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação com vinte e três votos a favor e duas abstenções.*

*ACTA N.º 71 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação com vinte e um votos a favor e quatro abstenções.*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa.

*ACTA Nº 72 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção.*

*ACTA Nº 73 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções.*

*ACTA Nº 74 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção.*

De seguida entrou-se no período regimental de antes da ordem do dia.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Vogal João Barbosa:

*" Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, vou questionar sobre algumas situações, poucas, e porque penso, que algumas são anormais no estado em que nos encontramos. Começava por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, o que se passa. Se fazem ou não a homenagem a Manuel Firmino de Almeida Maia? Da mesma maneira, perguntava se é intenção da Câmara proporcionar aos jovens desta Cidade, uma passagem de ano na rua; para nos prepararmos para a passagem de ano na rua no ano 2000. De seguida, gostava de dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que temos o maior respeito e consideração por V. Ex.a, tanto como pessoa como Presidente da Câmara. Algumas vezes compreendemos o seu insucesso, mas não podemos deixar em claro certas situações que achamos desagradáveis para as boas relações institucionais que devem presidir aos órgãos autárquicos para que fomos eleitos. Começava pelo seguinte: Sr. Presidente, exijo que me responda concretamente o que se passa com os cartões de residente na Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Foi deliberado por unanimidade pela Câmara que V. Ex.a preside, a entregar cartões aos residentes. V. Ex.a tem que ser responsabilizado pela não efectivação desta deliberação; V. Ex.a não pode encolher mais os ombros; V. Ex.a é o único responsável; que se saiba V. Ex.a ainda é o Presidente da Câmara. Deste modo, exijo que me responda se vai ou não fazer com que esta deliberação seja efectivada; V. Ex.a tem que responder publicamente, visto que é o único responsável.*

Ponte Praça - é lamentável, mas é verdade. As pessoas continuam a escorregar e a cair; vêm as chuvas e as escorregadelas vão ser em maior quantidade. É lamentável. Já assisti mais que uma vez ao Sr. Presidente da Câmara mandar reparar os passeios. Já cheguei a assistir e ouvir o Sr. Presidente da Câmara, explicar como devia ser feita a reparação. Pelos vistos, poucos ligam às ordens do Sr. Presidente da Câmara. Lamento ainda mais, porque andamos há mais de um ano a falar nisto. Não deve ser agradável para ninguém a colocação de uma placa na Ponte Praça, a avisar os passantes das anomalias e explicar que esta só acontece por incapacidade camarária.

Já agora chamava à atenção, que temos conhecimento que as obras das piscinas do Sporting Clube de Aveiro estão paradas porque, a Câmara não tem satisfeito o prometido do que está protocolado. Não sei se é verdade. Sr. Presidente da Câmara, tenha em atenção que é o único equipamento desportivo na Freguesia da Vera Cruz.

Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez vou lamentar (e com muita pena) de ter que trazer aqui um facto desagradável que queria esquecer, mas devido a atitudes recentes de pessoas que continuam a não saber respeitar os lugares que representam e, porque são graves, vejo-me na necessidade, infelizmente, de os divulgar nesta Assembleia:

Pelouro de Trânsito - Como o Sr. Presidente sabe, porque lhe dei conhecimento oficioso em 19/02/97, tive de abandonar uma reunião do trânsito (onde estava presente porque tinha sido convidado). E abandonei a reunião, porque fui ofendido na minha dignidade como Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz. O comportamento do representante do Sr. Presidente da Câmara, foi, em minha opinião e dos presentes, ofensivo das relações de respeito e dignidade que devem presidir a todas as actividades autárquicas. A minha intenção era esquecer e, porque, estava já esquecida esta atitude mesmo não tendo tido nenhuma resposta digna. Mas, como as atitudes de falta de respeito e consideração para com o Autarca continuam, não as posso admitir mais. E não as posso admitir mais, Sr. Presidente da Câmara, porque ultimamente sou confrontado com um ofício do responsável pelo pelouro do trânsito, para a confirmação e rectificação de um atestado de residência passado pela Junta de Freguesia a que presido. Muito mais grave é que, o ofício é feito depois da funcionária da Junta de Freguesia explicar telefonicamente que o atestado de residência em causa, estava correcto. O atestado foi passado a uma pessoa que nos merece o maior crédito e respeito e está recenseado na Freguesia da Vera Cruz e todos os seus documentos oficiais têm a mesma direcção, o que pode provar a veracidade do atestado.

Não admito que duvidem da honestidade das nossas informações. Mais grave do que isto, Sr. Presidente, é como se não

*bastasse a incorrecção, mais grave é, funcionários camarários mandados não sei por quem, andarem na Freguesia a investigar, numa atitude "pidesca" e a saber pelos vizinhos e não só, da veracidade ou não da residência em causa. Infelizmente, esta Câmara (e de certeza sem o conhecimento do Sr. Presidente) manda funcionários seus, invadir a privacidade das pessoas numa atitude indigna e incorrecta. Seria mais válido, se esses funcionários se preocupassem com os serviços para o bem público. Sr. Presidente da Câmara, exijo uma reparação pública deste procedimento; Sr. Presidente da Câmara, não podemos admitir que um funcionário da Câmara que V. Ex.a preside, ande a denegrir a imagem dos Autarcas, mandados não sei por quem. Sr. Presidente da Câmara, exijo-lhe um inquérito a este procedimento; Sr. Presidente da Câmara, é momento de dizer basta."*

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Gonçalo Nuno Caetano Alves e Armando Manuel Dinis Vieira.

Vogal António Salavessa:

*" Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me que comece por ler uma parte de uma das actas que hoje aprovámos, uma parte da acta n.º 72 de 24 de Março deste ano. Nessa data, esta Assembleia, considerando:*

*A necessidade de uma cada vez maior transparência da vida autárquica e considerando o perigo real da promiscuidade entre o funcionamento dos órgãos autárquicos e os interesses particulares de qualquer eleito;*

*a faculdade criada pela aprovação e publicação da Lei 28/95 de 18 de Agosto;*

*Esta Assembleia decidiu criar, nos termos da Lei, um registo de interesses, registo que consiste na inscrição em livro próprio, de todas as actividades susceptíveis de gerarem incompatibilidades ou impedimentos e quaisquer hábitos que possam proporcionar proveitos financeiros ou conflitos de interesses.*

*Que uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal, com representantes de todos os agrupamentos políticos, proceda à elaboração do projecto regulamento deste registo, nomeadamente o seu conteúdo e o modelo a ser preenchido, até à Assembleia Ordinária de Dezembro.*

*Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a última Assembleia Ordinária antes da Assembleia Ordinária de Dezembro.*

*Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Comissão ainda não reuniu. Eu não posso nesta Assembleia, de deixar de denunciar algo, para que já chamei repetidas vezes atenção a quem de direito. É pena não estar presente o Sr. Pedro Simões Dias, Presidente da Comissão, a*

quem cabe a direcção dos trabalhos. Mas digo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que isto não me surpreende. Aliás, estava à espera que nesta matéria pudesse acontecer aquilo que foi prática de alguns Presidentes da República, que era o veto de gaveta, quer dizer: a gente decide, mas depois vamos lá ver se isto não anda para a frente e se fica tudo quieto. Acontece, Sr. Presidente, que isto foi decidido e que se não andar, não é porque a CDU não se empenhe na sua concretização. Chamo esta questão à reunião de hoje, porque considero que é a última oportunidade para o fazer e para dizer muito claro que, se não houver registo de interesses no início do próximo mandato, outros serão responsáveis por isso, que não a CDU."

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos em Aveiro um Hospital que se pode considerar arquitectonicamente ou como edificio, alguma coisa de majestoso ou de grande importância. Mas, edificio esse que foi projectado (se não me falta a memória), na década ainda de sessenta, setenta. Nessa altura não havia, como é sabido, a sensibilidade e a preocupação para os aspectos ambientais, concretamente para aquilo que podem ter de nefasto, os resíduos produzidos nos hospitais. Admito que já houvesse nessa altura alguma preocupação, mas que seguramente não seria a que hoje saudavelmente se vive.

É sabido por aí pelo País, os Municípios, designadamente o do Porto, vêm levantando esse tipo de preocupações, nomeadamente, em relação a determinados hospitais. E nós seguramente aqui em Aveiro, este hospital, estará seguramente a produzir resíduos que poderão, se não tiverem o tratamento adequado, ser nefastos à saúde pública. Conhece-se que o tratamento dos resíduos hospitalares não é encargo dos Municípios; o tratamento dos resíduos hospitalares é objecto de tratamento pelo próprio hospital e da responsabilidade do Ministério da tutela, das entidades propriamente ligadas a isso. Mas nós, como munícipes, não podemos seguramente estar desatentos, porque certamente o impacto na saúde pública será sobre nós. Portanto, eu entendia que, (e não sei se a Câmara tem tido alguma acção nesse sentido) e no quadro de técnicos que a Câmara tem e dentro dos princípios e da colaboração que deve haver com as instituições, concretamente com o Hospital de Aveiro, a Câmara devia desenvolver uma acção, no sentido de obter uma informação concreta sobre o que está a ser feito nesta matéria e segundo este rastreio ou o resultado dessa averiguação, como disse, dentro dos princípios da colaboração, encetar as acções que fossem necessárias ao bom tratamento dos resíduos hospitalares. É uma recomendação que eu faço, por esta via, à Câmara Municipal. Como disse, isto não é de maneira nenhuma uma acusação à

*Câmara, nem me parece que tenha alguma responsabilidade nisso; a responsabilidade deve ser do Hospital e das entidades às quais a Direcção do Hospital está sujeita, saber-se então o que se passa com essa matéria e depois proceder-se em conformidade."*

Entretanto deu entrada na sala a Vogal Virgínia Celeste da Silva Veiga.

Vogal Manuel António:

*"Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de referir um assunto, que tive oportunidade de na altura em que foi realizado, gabei a Câmara pelo facto de o ter realizado. Em 01 de Fevereiro de 1997, realizou-se um fórum do desporto; nesse fórum do desporto, muito participado pelas diversas entidades, saíram várias resoluções e conclusões. Estas resoluções e conclusões foram passadas a escrito pelos serviços da Câmara com o apoio de algumas diversas entidades; constituem um documento com dez páginas, com quarenta e uma resoluções. Para dar seguimento a este documento, foi criada uma Comissão de alguns Clubes e Associações que juntamente com a Câmara, decidiram, levar a efeito alguns dos pontos que aqui se sugeriam e mais tarde fazer com que estas resoluções fossem adiante. Uma das resoluções que era mais importante e imprescindível (tal como diz o documento), é a Casa do Desporto, que o Sr. Vereador do Desporto estava interessadíssimo e interessou-nos a todos e motivou-nos a todos de que isso seria uma realidade, em que essa Casa do Desporto seria uma sede colectiva de todo o movimento desportivo e uma infra-estrutura que urgia na altura implementar, espaço de encontro e mobilização dos agentes desportivos, sendo também um centro de apoio logístico aos clubes e associações mais pequenos que não disponham de serviços próprios. E adiantou-se na altura, que era importantíssimo para Aveiro, como sede do Distrito, ter um espaço onde as associações Regionais pudessem ficar sediadas e pudessem ter apoio logístico. Estas conclusões, no entanto, pararam à porta da Câmara Municipal. Quando era necessário que a Câmara Municipal desse o seguimento a estas iniciativas que partiam por parte do Sr. Vereador do Desporto, mas também por parte de toda uma sociedade civil que estava empenhada em melhorar, em se organizar, vemos que passou muito mais de meio ano, está-se a acabar o mandato, e afinal, das conclusões do fórum fica simplesmente o papel, continua tudo na mesma; Aveiro, mais uma vez não está organizado.*

*Senhor Presidente, custa-me a acreditar que o problema tenha sido só seu, que este assunto não foi levado para a frente porque o Senhor não se interessou por ele. Acredito que haja outras motivações*

por trás disto e era isso que eu queria saber. O que é que emperra um processo destes, que penso que é de simples resolução, porque significa só, dar apoio logístico a uma série de Clubes e Associações para se poderem organizar.”

Vogal Victor Mangerão:

" Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia Municipal de Aveiro, eu gostaria de perguntar-vos (antes da minha intervenção) se é legitimo a um membro eleito desta Assembleia, mesmo que em final de mandato, mesmo que ocupando um lugar solitário não partidário, mas de qualquer forma, investido dos plenos direitos de representação e de plena responsabilidade do seu papel político, eu pergunto-vos, se é legitimo utilizar o período de antes da ordem do dia numa sessão destas, para em público, num lugar que eu considero certo, responder àquilo que publicamente através dos meios de comunicação social, utilizando já o tempo não oficial, mas oficioso, de uma pré-campanha, se diz, atingindo esta Assembleia enquanto órgão no seu todo. Trata-se de juízos políticos e eu apenas quero utilizar também juízos políticos. Eu pergunto-vos, se é legitimo, se é pertinente, se é oportuno, se é de interesse para a comunidade, responder aqui àquilo que de fora é dirigido a esta Assembleia.”

Presidente da Mesa:

" Sr. Dr. Victor Mangerão eu acho que é difícil obter uma resposta, mas evidentemente, eu como Presidente da Mesa entendo que este espaço, é o espaço que está indicado para os Senhores Deputados fazerem quaisquer reflexões que possam ter interesse para a vida do Município. Essa certamente que indirectamente poderá ter.”

Vogal Victor Mangerão:

"Muito obrigado. A minha forma de introduzir foi uma construção retórica, preambular, porque infelizmente o discurso de improvisado em coisas políticas pode não ser brilhante da mesma maneira em todas as bocas, mas não cabe apenas a alguns. Que fique bem constado isso, modéstia à parte. É óbvio que é legítimo dizê-lo. Todos sabem que esta semana ocorreu um facto político interessante, que eu saúdo, que pessoalmente me satisfaz muito (por várias razões que eu não vou aqui explicitar e que a seu tempo possivelmente virão ao cimo) que foi o aparecimento na campanha eleitoral, precisamente, como candidato nº1 de uma lista partidária, do Sr. Dr. Carlos Candal do Partido Socialista; pessoa que muito prezo, de quem sou amigo, que muito admiro em muitos dos aspectos da sua actividade profissional e política, com quem tenho estado solidário em vários momentos interessantes do

seu percurso (ao contrário de outros, que possivelmente agora lhe batem tantas palmas) e eu vou cingir-me apenas a um aspecto porque só isso é que eu quero saber, quero ser rigoroso, transparente e perfeitamente isento neste ponto que quero tocar. Eu vejo nos jornais (eu apenas aqui tenho um, mas veio em vários jornais) esta afirmação de que, a Assembleia Municipal é politicamente ingénua. E esta referência é feita em relação a quê? Precisamente ao tema regionalização, que segundo o Sr. Dr. Carlos Candal, nesta Assembleia, enquanto uns não fazem nem dizem nada, (ou seja esta Assembleia) há quem noutras Assembleias que faça, trabalhe, intrigue, mine e crie situações de facto. Esta Assembleia, ao optar por não discutir a regionalização, demonstrou que é politicamente ingénua. E diz cá adiante: «É uma ingenuidade o funcionamento da Assembleia Municipal com maioria PP; tem que ser mudado».

Eu por uma questão de rigor e porque não estou em campanha e muito menos sou oponente do Dr. Carlos Candal, falando pois, apenas na minha qualidade de membro nesta Assembleia, eu tenho de explicitar aquilo que pessoalmente me atinge e que eu gostaria de saber se outros compartilham, se não compartilharem também não me afecta muito, fico na mesma na minha posição.

Primeiro, é engraçado ver o nº1 de uma lista a esta Assembleia, do Partido Socialista, desdizer aquilo que foi a atitude do Partido Socialista a semana passada aqui. Para o Dr. Carlos Candal se cá estivesse, ele queria que a regionalização fosse discutida e não foi. Não me venham dizer que ele quando diz isso, se refere à Assembleia de Novembro do ano passado. Em Novembro do ano passado, o Dr. Carlos Candal estava lá pelas europas, não falava sobre a regionalização e tanto quanto se pode saber, o que ele pensaria da regionalização não tem nada a ver com aquilo que agora vem dizer das Regiões, etc. ; nessa altura ainda ele haveria andar a defender a famosa área metropolitana que agora já não defende. Portanto, não me venham dizer que é a essa Sessão que ele se refere; é à da semana passada. Isto é o que eu posso inferir, não estou nos segredos do Partido Socialista, muito menos da campanha, muito menos do Dr. Carlos Candal. Mas afecta-me isso particularmente, num sentido glorioso. Eu que propus que se discutisse a regionalização, que não cheguei a expor os porquês desse meu pedido, dessa minha intenção, porque não foi possível, democraticamente aceitei e eu hoje gosto muito de constatar que o Dr. Carlos Candal se cá estivesse na tribuna parlamentar do PS, teria votado a favor da discussão da regionalização e não pelo não debate.

É evidente que ele comete aqui um erro, porque possivelmente tem andado um bocado distante de Aveiro e agora veio de repente e ainda não está dentro de todas as estatísticas e de todos os

dossiers, quando ele fala da maioria da bancada do PP. Porque em Novembro do ano passado não se deu parecer (o que é diferente de discutir-se a regionalização), que era pedido em legislação oficial, porque, não só PP mas o PSD, votou contra. O PP sozinho nunca conseguiria fazer isso. E agora, não se votou a favor da discussão, pelo contrário, requereu-se que não houvesse discussão nenhuma, porque o PSD desta vez votou, maioritariamente, não todo, com o PS e CDU. Agora, maioria PP não sei onde está. Eu próprio não faço parte nem de maiorias nem de minorias PP e, coerentemente, votei de uma maneira o ano passado como agora votei, sempre dentro de uma linha de orientação. Simplesmente essa coerência não foi possível ser explicitada aqui e eu não vou criticar isso aos meus queridos colegas de Parlamento Local.

Agora, o que eu digo é isto: ainda bem que estas declarações do Sr. Dr. Carlos Candal vieram no momento certo. Ficamos a saber, que ainda havemos de esperar para saber exactamente o que é que o Partido Socialista pensa sobre regionalização (pelo menos pensa três ou quatro coisas diferentes). E em pouco espaço de dias, que eu leva-me a crer que a imagem oportuna e mais saudável, sem agressividade nenhuma sobre a problemática da regionalização que isto tudo me faz ocorrer, é a da cebola. Vossas Excelências sabem o que é uma cebola? Não sei se têm prática de cozinha; agarrem numa cebola e comecem a tirar-lhe as pelezinhas e a cebola descasca, descasca, descasca e nunca lhe encontram o meio; a cebola não tem meio, não tem centro. Este discurso político sobre regionalização, é assim: descasca, descasca, descasca e não tem centro."

Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento a todos os Srs. Deputados Municipais e aos Senhores restantes que estão presentes a acompanhar mais uma Assembleia.

Começaria por dar resposta à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Vera Cruz, Sr. João Barbosa, para dizer-lhe que no que referiu, sugeriu ou apresentou uma proposta inicialmente, relativamente ao ano 2000 e à transição de século. E falou ainda relativamente à homenagem que terá também proposto a Manuel Firmino. Sobre este assunto, eu depois daria a palavra à Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz, à Sr.<sup>a</sup> Vereadora; não sei qual é o andamento do processo. Quanto à sugestão que colocou para transição, quanto à passagem deste século para o próximo, com certeza que é aceitável a sugestão e penso mesmo que a data é tão importante que não haverá local algum no País ou no mundo, onde não será, de facto, feita uma festividade. Se ele vai ser comemorado na rua? Possivelmente é, como são todas as passagens de ano; este da passagem

de século, será nas casas, será no recinto, será na rua, será certamente em todo o lado. Primeiro, para reflectir sobre o que foi o século anterior, aquele em nós nascemos e vivemos parte da nossa vida e outro, a tentativa de a vivermos melhor no século XXI, que é a esperança de que todos nós hoje mantemos, de que tudo vai correr ao nosso gosto, em termos de saúde, em termos de bem estar, em termos de maior amizade, amor e naturalmente carinho de uns para com os outros. De maneira que toma-se nota, a Assembleia regista na acta e a Sr<sup>a</sup> Vereadora colherá daí algo de sugestivo. Portanto, lhe agradeço ter trazido isso aqui, à Assembleia. Quanto às piscinas do Sporting, trata-se de um subsídio, trata-se de um apoio e naturalmente estamos atentos, estamos numa fase em que de facto chega a altura de a Câmara ir apoiando para corresponder ao compromisso assumido em termos de satisfazer algumas necessidades que o clube tem, para que possa dar andamento à obra (eu não sabia que estava parada por causa do subsídio da Câmara). É estranho, estamos aqui perto, as coisas não correm tanto como a gente quer em termos financeiros, mas com certeza que não pararia por esse motivo.

Não tenho conhecimento no que toca a um officio e à atitude pidesca de um funcionário. Eu até gostaria que até me dissesse, aqui publicamente não, porque não vamos estar aqui a colocar funcionários em situações que podem ter sido momentâneas, não sei, não faço ideia, mas que com certeza, com o Sr. Vereador do Trânsito, mais tarde tomaremos nota para ver se o comportamento dele foi ou não exagerado, foi ou não foi correcto. Mas, penso que não é local próprio para condenar o funcionário, de maneira que não tenho conhecimento para poder fazer isso ou permitir que se faça isso, na medida que só ouvindo, só sabendo o que se passou. Julgo que só o Vereador do Pelouro poderá dar uma resposta, mas que terá tido o senso e a necessidade e a correcção, em termos de resolver um problema que se lhe coloca. E eu comungo da decisão que ele tomou. Não a conheço, o Sr. Vereador depois dirá melhor, mas com aquilo que naturalmente deve ter acontecido, foi a procura de encontrar, de melhorar, de criar uma decisão que fosse a melhor. Penso que não há aqui nenhum membro desta Câmara que eu conheça posições de afrontamento para A ou para B e se as há, passam-me ao lado e espero que isso não tenha acontecido, de certeza que não aconteceu. De maneira que, não sendo conhecedor concreto do processo, como acontece com todos os Vereadores, merecem a minha aprovação até ter conhecimento de que possa estar errado e então nessa altura conversaremos de novo.

O arranjo da Praça está já (como documentou e bem) tratado, é uma questão de pessoal, são os problemas da pedrinha, é a falta de calceteiros, mas vamos ver se ainda antes do Inverno, de facto,

se iniciam os trabalhos para melhorar e evitar esses problemas que afectam quem transita na área da Ponte Praça.

Quanto aos cartões de residente, o Sr. Vereador depois fará o favor de dar a resposta o mais correcta possível e clara.

Diz o Dr. Jorge Nascimento, que a Câmara deve preocupar-se com os resíduos do Hospital. A nossa informação e o Eng.º Victor Silva é quem tem estado ligado a essa matéria, é de que os resíduos são incinerados em Coimbra. Ou será que há alguma dúvida de que isso nem sempre acontece? Ou que também há aqui algum tratamento que nós não tenhamos conhecimento, que não sejam respeitadas as condições em termos deste tipo de resíduos? O conhecimento que a Câmara tem, é a deslocação destes resíduos para Coimbra para serem incinerados lá. Mas vamos estar atentos, não sei se se passa alguma coisa de especial.

Quanto ao Desporto, o fórum determinou isso, foi uma deliberação tomada em conjunto das associações desportivas (não estive no fórum, lamentavelmente nem lá pude aparecer), mas tenho uma ideia de que foi ali registado três dezenas de associações que nenhuma delas teria sede. Não sei, o Sr. Eng.º Belmiro falará melhor; ainda não falei com ele mas tenho ideia de ter tomado nota de um número substancialmente elevado que necessitaria de instalação, que necessitaria de sede, que necessitaria do tal apoio logístico. Não sei se é, o Sr. Eng.º vai dizer, mas fiquei com esta ideia de que arranjar umas instalações para alojar trinta associações, não é fácil. E também estou convencido e isso é aquilo que se pode definir aqui como medida a tomar de que é desenvolver alguma coisa para pôr em prática aquilo que foi decidido nesse fórum e encaminhar isto para um próximo Plano de Actividades, ou seja, o Plano de Actividades de 1998. A Casa do Desporto, eu não estou a ver de momento onde é que há a casa para ser adquirida ou adaptada para um apoio às várias associações desportivas que temos. É uma dificuldade existente, que a Câmara tem que fazer um desporto em encontrar solução para elas, mas de momento, há que estudar então em conjunto com as representações de novo e dizer-se onde é que a Câmara pode apostar, onde é que se pode encontrar esse local; pode não ter de facto a área para trinta, mas pode ter para dez, pode ter para quinze, desde que tenha uma sala. Pode encontrar-se aí uma solução para os próprios clubes, as próprias associações reunirem-se e criarem a discussão conjuntamente.

E penso que está tudo dito quanto às questões que foram aqui levantadas. Eu pedia aos Senhores Vereadores que respondessem às questões aqui levantadas, para complementar a informação que eu dei, dado que foram tratadas mais directamente por vocês."

Vereador Tenente-Coronel Albuquerque Pinto:

"A questão levantada por causa da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, prende-se a uma questão meramente técnica e prende-se com as informações recentes feitas por uma empresa credível de estudo do trânsito, que classifica a Avenida Dr. Lourenço Peixinho como uma zona de estacionamento de alta rotação. Isto quer dizer, que os estacionamentos da Avenida Dr. Lourenço devem (na óptica dessa empresa), ser curtos, devem ser dos dois lados da Avenida e os residentes da Avenida não devem ser detentores de cartão de residente. A acreditar nesta informação técnica, de uma empresa credível, eu hesitei quando tive de atribuir os cartões de residente à Avenida Lourenço Peixinho. Mas, não hesitei tanto como isso, porque a zona central da Avenida Lourenço Peixinho, constituiu-se naturalmente numa bolsa de estacionamento e nessa medida, coloquei o problema onde devia colocar, no sentido de saber se passar cartões de residente, se equipar a Avenida Lourenço Peixinho toda com parcómetros e passar cartões de residente e depois ter que os retirar, é uma questão que me faz ponderar e é nesse sentido que eu coloquei o problema aos meus colegas da Vereação para deliberarmos melhor sobre esta matéria. Foi nessa altura, que foi deliberado fazer um comunicado à população, que provavelmente o Sr. Presidente da Junta da Freguesia da Vera Cruz não leu nos jornais.

Quanto às outras questões levantadas pelo Sr. Presidente da Junta, eu queria-lhe dizer o seguinte: não vou qualificá-lo nem desqualificá-lo, tal como ele me fez aqui nesta praça. Não vou, primeiro porque sou educado, segundo porque tenho um passado atrás de mim que me honra, terceiro porque seria realmente dar confiança demais a pessoas que pelos vistos não me a merecem. Mas vou explicar o que é se passou com o ofício do Sr. Presidente de Junta de Freguesia; passou-se apenas tão simplesmente isto: um funcionário que não é pidesco, é apenas um funcionário zeloso da nossa Câmara, que conhecia o requerimento de determinado cidadão, no sentido que lhe fosse atribuído um cartão de residente, disse-me que conhecia a família e que sabia que as duas pessoas para quem se pedia o cartão de residente, não residiam com os pais (contrariamente ao que dizia o atestado da Junta de Freguesia). Eu admito, que a Junta de Freguesia não tenha conhecimento que essas duas pessoas residam na Barra, admito isso. E porque admito isso, fiz um ofício e despachei ao serviço para confirmar junto do Sr. Presidente de Junta de Freguesia a informação. Eu acho que este é um procedimento perfeitamente natural e normal. Agora, quando as pessoas estão, à partida, de pé atrás, julgando que toda a gente está contra elas, então, eu não posso de alguma forma me entender com pessoas assim. Portanto, eu confirmo que mandei saber se realmente o que estava no atestado era ou não verdadeiro, sei perfeitamente que as

*Juntas de Freguesia são verdadeiras e os autarcas que lá estão foram eleitos e são honestos, tanto quanto eu. E sei perfeitamente, que os erros são admissíveis e estamos perante um erro. O Sr. Barbosa tem que interpretar que isto é apenas um erro, não é qualquer coisa contra si, nem é qualquer desconfiança contra si, como o Senhor constantemente está a pensar. Suponho ter-lhe respondido concretamente a esse problema."*

**Vogal João Barbosa:**

*"Eu não me vou alongar e quanto a responder, eu tenho a dizer o seguinte: Quanto às atitudes (e eu falo aqui não pessoais mas Autárquicas), felizmente está aqui nesta sala um colega meu de Autarquia, da Junta de Freguesia da Glória, que testemunhou algum caso de educação, mas isso não está em causa. O que eu ponho em causa é isto: há uma situação de facto nos cartões de residentes. O cartão de residente a que eu me refiro, há uma situação de facto, que não foi alterada. Há uma deliberação de Câmara e que eu pedia ao Sr. Presidente que é o responsável político, que devia dizer se dá ou se não dá, se realmente, tecnicamente esta deliberação está errada, já devia ser alterada.*

*Quanto ao atestado, eu gostava de dizer, quem tem a responsabilidade de passar atestados de residência na Freguesia, é a Junta de Freguesia. E já agora, porque não vou dizer quem é o Senhor a quem foi passado o atestado, vou responder apenas: é uma senhora em causa que pediu um atestado, que vive na casa do pai e que está neste momento há seis meses a residir na casa do pai. E, quando sai da casa do pai e vai para a Barra viver, vai para a casa de praia do pai. Mas, a residência oficial é aquela onde tem os seus documentos oficiais, onde está recenseada, isso é que corresponde à verdade. E eu não admito, que mesmo depois de (numa atitude correcta da Junta de Freguesia), telefonicamente, ter explicado tudo isto, vão depois com um ofício para alterar o que é de facto, verdade. E eu não admito, que interfiram numa situação da Junta de Freguesia, porque o responsável é a Junta de Freguesia".*

**Vogal António Salavessa:**

*" Duas questões, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu acho que esta Câmara, esta Assembleia, tem que levar o seu mandato até ao fim. E levar o seu mandato até ao fim é concluir os trabalhos até à eleição da nova Assembleia e não se deve preocupar muito com aquilo que os candidatos vão afirmando. Portanto, a campanha eleitoral deve estar fora desta Assembleia e mesmo quando eventualmente há apreciações ao trabalho ou ao desempenho deste ou de outros aspectos*

da Assembleia, as coisas devem ser entendidas como tal, como intervenção política, como intervenção eleitoral e penso que o nosso tempo aqui deve ser ocupado com aquilo que nós efectivamente pensamos e propomos e aquilo que nós, membros da Assembleia, efectivamente pensamos e propomos, foi claramente expresso nas duas Sessões em que a regionalização esteve na ordem do dia. Porque Sr. Presidente, Srs. Deputados, se fossemos por este caminho teríamos com certeza que ter muitas horas de «período de antes da ordem do dia» para ir discutindo as apreciações que os candidatos anunciados fizeram ou venham a fazer, em relação ao desempenho ou ao trabalho da Câmara Municipal. Cabe-nos a nós, com serenidade, levar o nosso trabalho até ao fim. E levar o nosso trabalho até ao fim, é não permitir que questões como a de Registo de Interesses sejam ignorados e abandonados desta forma, pelo que eu apelo na falta da presença do Sr. Pedro Dias e já que a Câmara não tinha que se pronunciar sobre este assunto, eu solicito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para dar conhecimento ao Sr. Pedro Dias, da necessidade de convocação rápida desta questão do Registo de Interesses.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Manuel Rodrigues Bolais Mónica.

Vogal Manuel António:

" Sr. Presidente, só um comentário muito breve às declarações do Sr. Presidente da Câmara acerca da Casa do Desporto. É que a Casa do Desporto poderá não ser um edifício, poderá ser uma estrutura de apoio. E a estrutura de apoio da Câmara, eu penso que se houver vontade (e o Sr. Vereador do Desporto já mostrou a vontade de o fazer), da Câmara em congregar as associações, não deixar que as associações distritais se sediem num concelho que não seja Aveiro, é um serviço e um bom serviço que Aveiro pode estar a prestar. Por isso, é esta vontade que tem que haver, o espaço físico é secundário. Ao princípio pode ser uma secretária, no futuro pode ser uma casa, mas tem é que haver a vontade para o fazer. "

Vogal Victor Mangerão:

" Se não é o Sr. Presidente da Câmara a responder, como é evidente; tenho que ser eu a responder ao Senhor representante da CDU para lhe dizer o seguinte, com um grande sorriso democrático nos lábios: é que realmente, eu dispenso o seu pequenino discurso de pseudo-pedagogia política, que no fundo não é mais do que uma liçãozinha de demagogia, porque é engraçadíssimo vir o Senhor representante da CDU defender a honorabilidade da campanha, já não digo a honorabilidade

do elemento do PS que eu me referi, da forma correcta como referi, circunscrevendo-me ao aspecto que respeita à Assembleia Municipal; eu não estou para ser apelidado de ingénuo. Se o Senhor representante da CDU não se importa de ser apelidado de ingénuo, o problema é dele. Ainda bem que só lhe chamaram ingénuo, não lhe chamaram enfezado, nem atrasado mental, porque senão se calhar estava mais chateado. Mas, eu pessoalmente chateia-me que me tratem como ingénuo e sobretudo que receitem a esta Assembleia, que a melhor maneira de tratar o problema da regionalização (e foi isso que eu me referi porque veio escarrapachado no jornal), é entre outras coisas, conspirar e fazer coisas assim no género. E eu isso não gosto. Eu não acho que esteja atacar ninguém, nem a sair fora do âmbito desta Assembleia, ao referir-me a factos políticos que interessam a esta comunidade, lá porque andam na campanha eleitoral. Há aqui muitos elementos também em campanha eleitoral, no entanto ainda não começou a campanha, mas tudo é político! Não sei onde é que está a incorrecção ou a impertinência, agora compreendo perfeitamente que o representante da CDU se tenha manifestado dessa maneira. Compreendo perfeitamente. Ainda há pouco tempo os títulos dos jornais eram assim: Comunicado da CDU - CDU apoia um determinado candidato e depois lá dentro criticava esse candidato. Isso aí é que eu já não vou entrar em conversas. Muito obrigado."

Vogal António Salavessa:

"É que é isso mesmo, a CDU respondeu no campo da campanha eleitoral a afirmações feitas na campanha eleitoral. Não trouxe para aqui o comunicado da CDU, ou as posições da CDU, acerca do que afirmou esse candidato. É essa diferença mesmo que eu queria sublinhar."

Presidente da Câmara:

"Eu só queria dar resposta à questão de novo levantada pelo Dr. Manuel António. Eu também reconheço que a Casa do Desporto não necessita que haja compartimentos para todas as associações. Eu tinha deixado isso para ser respondido pelo Eng.º Belmiro Couto, mas ele foi chamado pelo telefone para ir a casa e não conseguiu dar. Eu julgo que ele encontrará o local, se for uma sala para reuniões para se poderem encontrar, ele terá o local indicado no Centro Cultural. A Câmara tem uma instalação perfeitamente devoluta, não fica é numa zona central, que poderia ser preparada para esse fim. (ouve-se uma voz a dizer fábrica da pinheira) É. Não sei é se é viável. Neste momento prepara-se um plano de utilização daquelas instalações. Falamos francamente, ou se vende de novo ou se utiliza, no estado em que se encontra é que não é bom para

ninguém. De maneira que é uma questão do Sr. Vereador ter ideia, eu estou a acompanhar o processo, e de facto, entusiasmar-me, para que se encontre uma solução para a questão que levanta, igual a outras que foram levantadas, inclusivamente, para pequenas empresas ali se situarem. Há várias propostas na mesa para estudarmos e ocupamos aquele edifício. E se não for assim, terei que trazer a esta Assembleia uma proposta para que se venda aquele espaço, aquele edifício, antes do Natal.

Quanto ao Registo de Interesses, naturalmente que a bancada do PP tomará isso ao seu cuidado para avisar o João Pedro Simões Dias.

Vereadora Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz:

"Permita-me só Sr. Presidente, acrescentar: eu estava até a aguardar que me trouxessem a proposta que já está feita e que está agora para ser avaliada e também analisada e discutida no Conselho Consultivo da Cultura, que é realmente uma ideia que surgiu no seio deste conjunto de pessoas (são dezanove elementos) de fazer em Março uma série de seminários ou de colóquios vários, sobre alguns dos notáveis Aveirenses. Alguns deles, como sabem, desses notáveis, foram Presidentes de Autarquia, Presidentes da Câmara e o Manuel Firmino também. Portanto, com esses que tenham pelo menos 100 anos da sua morte. Para além do Dr. Manuel Firmino, lembro também que havia o Dr. Sebastião de Carvalho e Lima, que são contemporâneos, também foram ambos Presidentes da Câmara e sei que haviam várias propostas a este nível. Não tenho o documento comigo, não sabia que ia fazer esta intervenção, de qualquer forma comprometo-me que em Março está calendarizada uma série de seminários sobre os ilustres Aveirenses. Vamos lá ver se isto depois também é feito de uma forma eloquente e convidativa".

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

## 2.ª PARTE

Pelas 21:30 horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, em substituição do titular do cargo, Segundo Secretário, João Gabriel Ferreira Santos e com os seguintes Vogais, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Lourenço Martins dos Santos, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madaíl, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, António de Sousa Dinis Correia, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, João Tavares Duarte, Victor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Retomados os trabalhos entrou-se no ponto n.º 1 da agenda de trabalhos:

### PONTO N.º 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NOTA: - A comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz apenas parte integrante do original desta acta.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Comunicação escrita supra e para destacar alguns aspectos mais importantes da actividade municipal no decurso do trimestre, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Senhores Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, usaram da palavra os seguintes Vogais:

Vogal Filipe Brandão:

*" Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Vogais da Assembleia, eu vinha hoje questionar o Sr. Presidente abordando um tema que já outrora aqui o fiz, embora em circunstâncias tais que regimentalmente me não foi fornecida resposta. E refiro-me a este relatório, a esta informação da actividade da Câmara, que nos termos legais o Senhor Presidente trás a esta Assembleia, para a criticar por omissão. É sabido que, ou pelo menos consta, que esta Autarquia se deslocou recentemente a Macau. Ora, não constando tal deslocação neste relatório, a conclusão a tirar é que a deslocação não terá tido carácter oficial e, portanto, os Senhores que se deslocaram a Macau, tê-lo-ão feito a nível de lazer ou de turismo, embora creio, também ao que consta, que nos cofres da Autarquia tal não terá sucedido e, portanto, terá sido uma deslocação oficial. Entenda-se, porque a viagem pode ser extraordinariamente pertinente, pode-se justificar, agora, é necessário, se é uma deslocação oficial, que se justifique quais os fins e sobretudo, quais os resultados. Porque, eu nunca vi nenhum Relatório de Actividades, nunca vi em nenhuma informação prestada, a mínima referência a qualquer viagem (e até já consta que há um Vereador que deu a volta ao mundo). De facto, isto é apenas uma questão de transparência, aliás, a título de mera curiosidade, eu gostaria de saber quanto importou essa viagem, se V. Ex.a tiver alguma referência, porque ao que consta terá custado muito mais do que inúmeras medidas que estão aqui relatadas e até pormenorizadas.*

*Porque de facto, urge saber e urge de uma vez por todas alterar a filosofia que subjaz estas deslocações, para que todos nós possamos compreender qual o seu alcance. Porque repito, qualquer viagem pode ser altamente meritória, mas se ela não consta de relatórios oficiais, gera-se a possibilidade de ela ser tomada como mera deslocação de lazer ou recreativa o que, obviamente, não podemos admitir. Não se trata de um lapso a omissão desta, porque valha a verdade, eu nunca vi qualquer referência a viagens. Abordo este tema hoje porque, de facto, como refiro, da outra vez em que o referi, regimentalmente, já não era possível resposta da Câmara e como tal, na altura não tive resposta. Espero hoje tê-la e, portanto, ter os esclarecimentos devidos."*

Deu entrada na sala o Vogal Manuel Rodrigues Simões.

Vogal António Salavessa:

*" Desculpe o Dr. Neto Brandão, mas há uma exceçãozinha. Houve uma viagem ( já não me lembro se foi neste mandato ou se no final do anterior) a Arcachon, em que eu tive o prazer de participar e que prestei contas e dei contas nesta Assembleia acerca dessa viagem e das conclusões que tirei, enquanto membro da CDU e participante. É uma exceção, de facto, à generalização que fez nesta matéria.*

*Eu solicitava com alguma veemência à Câmara (não é a primeira vez que o faço) que considero que o conhecimento dos protocolos que são assinados com outras entidades, é um conhecimento que deve ser dado a este órgão fiscalizador da actividade camarária. Por isso, cada vez que a Câmara inclui nesta informação, que foi assinado um protocolo com A ou com B ou com C, não custa nada, são mais umas páginazinhas de fotocópia, os documentos são públicos e devem ser agregados a esta informação mensal porque, por exemplo, eu fico sem saber que tipo de equipamentos desportivos é que a Câmara protocolou construir em conjunto com a Universidade de Aveiro, já não sei se trata da velha ou já tão propalada pista de atletismo, ou se são equipamentos novos e uma informação complementar, escrita, dispensava se calhar a pergunta; embora seja bom que haja espaço para as perguntas.*

*Queria perguntar ao Sr. Presidente, o seguinte: Há um Plano de Pormenor para o espaço da lota e já mereceu um acordo de princípio por parte da JAPA e Capitania do Porto de Aveiro. Ora, eu tenho vindo a ouvir falar que este espaço, é um espaço para ser construído, gerido em comum pelo Município, pela JAPA, mas também pela Universidade. Portanto, queria saber se a Universidade tem a sua quota parte, se tem opinião, se deu opinião, se formou opinião, em relação a esta questão.*

*Entretanto, há algumas questões que têm a ver com o relatório anexo dos Serviços Municipalizados. Em relação ao relatório dos Serviços Municipalizados, eu acho que não deve ser de incluir na introdução deste documento, parágrafos do género do que vou ler: «Desenvolvimento de vários concursos de empreitadas referentes a equipamentos e obras». É um número de tal maneira vago, de tal maneira inócuo, que é melhor que não exista. É evidente que há sempre desenvolvimento de empreitadas, de concursos para equipamentos e obras, mas ou se refere quais são ou então não punham na introdução. Mas, o que eu queria solicitar era o seguinte: mais uma vez vem num relatório uma questão que tem vindo frequentemente que é: «Verificando-se uma diminuição pouco significativa de passageiros transportados, no*

período em análise relativamente e em igual período do ano anterior, na ordem dos 0,94%». Ora, sistematicamente ou com muita regularidade isto tem vindo a ser indicado, quer nos trimestrais, quer nos anuais. Era tempo de nós aqui na Assembleia Municipal termos uma informação retroprojectada a um número maior de anos, para sabermos, de facto, o que é que se está a passar e se conseguimos fazer uma discussão acerca dos transportes urbanos em Aveiro, porque é uma questão que não podemos deixar cair, devemos valorizar, mas para valorizar temos que perceber porque é que há esta quebra continua de passageiros. Portanto, eu coloco aqui, fundamentalmente para abrir espaço para uma discussão necessária neste campo. Também em relação aos Serviços Municipalizados, eu tive conhecimento recente de um conjunto de queixas relativamente ao avanço do saneamento. Algumas destas queixas têm a ver, ao que dizem, quer na zona de Mataduços, quer na zona de St. Joana, com a abertura de condutas que estão a um nível que obriga os moradores a terem que instalar sistemas de elevação para poderem ter acesso aos colectores do saneamento. Parece-me que isto não deveria acontecer e que o planeamento do saneamento nestas zonas devia ter em conta as cotas em que se encontram as habitações. Porque assim, desta forma, as pessoas que têm que resolver este problema, têm custos acrescidos, para além do pagamento da taxa de ligação e da taxa de saneamento, têm que ter os gastos de compra da bomba e gastos constantes da energia para fazer a elevação dos seus resíduos, para chegarem aos colectores. Por outro lado, têm existido queixas em relação aos valores que são exigidos e, por último, também têm acontecido situações, pelo menos uma do meu conhecimento, de pessoas que já fizeram o pagamento da sua taxa de ligação há três anos e que ainda não estão a ser servidos por saneamento. Três anos, que já pagaram a ligação e ainda não está em serviço. É evidente, que eu estou a fazer isto na base de uma informação que me foi prestada e que eu poderei disponibilizar de forma concreta ao Sr. Vereador.

Em penúltimo lugar, queria saber o que é que a Câmara pensa acerca das escolas do 1º ciclo, pelo menos da escola de Esgueira, que não abriu devido ao atraso na execução de obras, que deveriam estar terminadas no fim das férias, obras que foram começadas apenas no início de Setembro e, que por isso, não poderiam terminar em tempo útil.

E já agora, Sr. Presidente, por último, queria que me dissesse como é que está aquele projecto que teve páginas e páginas de manchetes, teve grandes manchetes de jornais e linhas e linhas de informação, da presença de Aveiro e do sal, da presença virtual na Expo 98. A Câmara disse que iria promover, em que pé é que isso está e qual é o cantinho onde é que nós vamos ver isso na Expo 98?."

Vogal João Barbosa:

" Sr. Presidente da Câmara, primeiro do que tudo (e porque estou a ler aqui também), queria felicitá-lo pelo arranjo de pintura decorativa que se fez no túnel da Forca. É um arranjo bonito, gostei. Como Presidente de Junta, felicito-o por essa iniciativa.

Sobre o estudo do quarteirão do Convento do Carmo, em que se pensa lá fazer o Arquivo Distrital Municipal (como sou contra isso), queria alertar o Sr. Presidente da Câmara que temos ali um espaço por trás da Assembleia Distrital, onde creio que é o Centro da Acção Educativa, que não seria mau, creio que seria positivo se começássemos a pensar nesse espaço para fazer aí a Sede das Associações Culturais de mais valia da Freguesia da Vera Cruz. Pois como sabemos, temos associações culturais de grande qualidade que estão instaladas em prédios deficientes. Portanto, não seria mau, penso eu, que se pensasse em fazer aí a Sede das Associações Culturais da Vera Cruz.

Queria alertar também o Sr. Presidente da Câmara, para uma coisa que temos sido chamados à atenção constantemente, que era a Câmara começar a ter cuidado com as licenças que dá a certos "barracos" ou a certas "barraquinhas" que se instalam na Cidade. Cada vez se fala mais na urbanização, cada vez se fala mais no património e foi degradante durante uns meses largos, vemos ali em frente à Biblioteca Municipal, uma barraca que dizia "GELADOS; ISCIA; FEDRAV". Não sabíamos se era o ISCIA que vendia GELADOS, se eram os GELADOS que estavam a promover a FEDRAV. Portanto, eu chamava à atenção do Sr. Presidente da Câmara para que estas coisas, sempre que possível, não possam acontecer."

Vogal João da Peixinha:

"Boa noite, meus Senhores, Sr. Presidente. Eu tinha aqui várias perguntas para fazer, até porque parece-me que algumas estão aqui assim em contradição. E começava pelo seguinte: diz aqui assim na página 2 -« O envio à Câmara, para parecer, o projecto para construção de terminais fluviais, no Forte da Barra e S. Jacinto.» e depois na página 13, no Departamento de Obras Municipais, dizia: «Construção do Quiosque e Paragem da Lancha de S. Jacinto - Esta obra foi concluída.» Já há tempos, a bancada do Partido Socialista questionou a Câmara pela forma como estava a ser construído o tal terminal ou abrigo da paragem das lanchas de S. Jacinto. E dizendo aqui que a obra que está concluída, eu perguntava a mesma coisa. É que se esta obra está concluída em S. Jacinto, eu gostava de saber como é que as pessoas vão lá esperar pela lancha durante o Inverno? Eu continuo a fazer a mesma pergunta porque nada foi arranjado. O Sr. Presidente disse que ia levar uns resguardos, umas coisas e não sei quê. Não levou absolutamente nada! Eu por acaso,

por questões profissionais, vou lá todas as semanas e tenho o cuidado de ver isso. Em segundo lugar, queria realmente saber se isto era outra paragem, ou o que é que se ia lá fazer. E esperava, já agora, Sr. Presidente, que realmente a lancha da Câmara Municipal (a St. Joana), quando passasse por S. Jacinto, parasse lá algumas vezes. S. Jacinto é a única praia de Aveiro e a lancha passa ao largo, não pára lá nenhuma vez, não sei porquê! Ela vai direito à Torreira e pára na Torreira. Não tenho nada contra a Torreira nem contra ninguém, mas há restaurantes em S. Jacinto; S. Jacinto é bonito de se ver, não sei realmente porque é que a lancha não pára lá. E sobre o outro caso da paragem, gostava também que me dissesse se realmente estes terminais são outras coisas ou se realmente é a mesma coisa.

Quanto aqui à parte do Desporto, tem aqui «Promoveu-se a animação desportiva no Parque Municipal com a colaboração dos Amigos do Parque». Eu gostava de saber o que é que se fez lá, se foi aquele palanque com aquele alto-falante, com um Professor de Educação Física lá aos saltos, (aos saltos, porque era gravado aquilo que ele dizia) eu acho que não é assim uma acção de tal maneira que tenha um realce desta forma. Além disso, diz-se que se colaborou com os Amigos do Parque. Eu acho que eles são amigos é do Sr. Presidente, não é amigos do Parque. Porque se eles fossem amigos do Parque, chegavam à Câmara e diziam ao Sr. Presidente: - Sr. Presidente, não há jardineiros, faça cursos de formação profissional para jardineiros, arranje mais pessoas, mas arranje o Parque. Sr. Presidente, o Parque realmente continua muito abandonado, aquele lago está horrível, o Sr. Presidente ainda não me disse porque é que os barcos desapareceram do lago (também não é preciso que eu sei), mas gostava que fosse o Sr. Presidente a dizer.

Sr. Presidente, também está aqui um caso que parece-me o lavar as mãos da Câmara Municipal de Aveiro, que é o que diz : «Análise Urbanística e Social do Bairro da Misericórdia, em Aveiro, conjuntamente com a equipa do P.U., questionando o seu enquadramento na cidade e perspectivas de evolução/transformação.» Senhor Presidente, isto, eu digo que será talvez um lavar de mãos da Câmara, exactamente pelo edifício que foi lá construído. Sendo aquele um Bairro "tradicional" (eu não tenho nada contra o proprietário, até pelo contrário, é um belíssimo profissional que eu admiro há muitos anos), Sr. Presidente, aquela construção realmente está desfasada no local e o mais grave Sr. Presidente, é a pessoa que tinha a casa ao lado, querer fazer uma igual e não deixarem construir. Sr. Presidente, eu gostava realmente também de saber o que é que se passa sobre isto, porque acho que é também uma contradição da Câmara Municipal.

*Está aqui: «Infra-estruturas de Águas Residuais Para Servir o Parque Municipal de Aveiro - Já adjudicada e com um prazo de execução de 75 dias.». Eu gostava de saber o que é que isto quer dizer. Se isto é para deitar mais lixo lá para o lago ou como é, porque eu realmente não estou a perceber?*

*No Ambiente, está aqui «D.A.U.A. - Divisão de Arquitectura, Urbanismo e Ambiente». Sr. Presidente, talvez o Senhor não tenha conhecimento daquilo que se está a passar junto ao Instituto da Juventude. Todos os dias, as camionetas da Suma descarregam lá as areias e os resíduos das camionetas da limpeza da Cidade, camionetas de vassoura, aquelas que varrem a Cidade. Eu acho Sr. Presidente, que se devia arranjar outro sítio para eles fazerem isso, é nas traseiras dos armazéns gerais ou naquele terreno onde está projectado a construção da escola de enfermagem. Eu acho que aquilo serve para tudo, já serviu para tanta coisa, era o pavilhão de Galitos, era o ISCIA, era o não sei quê, agora é uma lixeira. Eu acho que realmente, deviam arranjar outro local para as camionetas descarregarem esse tipo de coisas.*

*Marginal da Pêga - acompanhamento da obra. Estudo do cruzamento da Pêga com o Pavilhão da Beira-Mar. Eu acho que realmente isto devia ser feito o mais depressa possível, porque é realmente um pandemónio o trânsito ali naquele local. As pessoas que vêm do centro da Cidade, do Alboi, para poderem entrar naquele cruzamento desejam-se, para realmente poderem avançar.*

*Sobre aqui o apoio dos Amigos do Parque, já disse atrás o que é que eu pensava sobre isso.*

*Outro caso que está aqui e continua em quase todas as comunicações do Sr. Presidente, aparece aqui no Saneamento e Salubridade a « Continuação da limpeza do Canal Central, de S. Roque e Paraíso por extensão do contrato com a SUMA, S.A., ... ». Isto todas as vezes aparece aqui assim. Sr. Presidente, talvez seja melhor mandar um fiscal ver realmente a limpeza que a SUMA faz ali assim, porque eu tenho a impressão que com aquele barquinho a limpar o Cais do Paraíso, ou o homem morre porque vai ao fundo, ou melhor é levar um Moliceiro. E então o que é que acontece? Acontece que ele nem sequer lá vai; ele não limpa Paraíso nenhum, nem limpa aquela zona nenhuma. Pode andar no centro da Cidade, porque no outro lado, é tanto lixo que há ali naquele Canal, que o homenzinho só de Moliceiro é que podia lá andar a apanhar o lixo, não era com aquele barquinho, porque senão ia ao fundo. Aquele Cais do Paraíso, realmente aquilo só visto!*

*Outra coisa também, Sr. Presidente, era realmente para também informar que continuam a ser despejados os óleos para a Ria, duas vezes, três vezes por semana! Há quinze dias para cá, que duas*

vezes por semana continua óleo a aparecer no canal do cais dos Moliceiros.”

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Raúl Ventura Martins.

Vogal Jorge Nascimento:

" Sr. Presidente, eu desejaria pedir ao Sr. Presidente da Câmara alguns esclarecimentos complementares, verbais, a esta informação escrita, como é próprio. Pois vem aqui enunciado um conjunto de acções feitas, trabalho feito, mas quer dizer, que não vêm suficientemente explicitadas e, portanto, eu gostaria que fossem complementadas com uma explicação verbal. Uma delas é o Plano de Pormenor para o espaço da lota. Portanto, pelo que antevejo, a Câmara promoveu a elaboração do Plano de Pormenor para o espaço da lota. Eu gostava que o Sr. Presidente dissesse à Assembleia e concretamente a mim também, que ideia chave, que ideias mestras presidiram, portanto, serviram de orientação ou foram dadas pela Câmara, para a utilização deste espaço, para com isso saber qual é o aproveitamento que vai ter aquele espaço da lota e de que é que vai constar, segundo os desígnios do Executivo, deste Plano de Pormenor.

Depois, da mesma forma, « A continuação das negociações de aquisição do Teatro Aveirense... ». Pelo que vejo também parece que foi constituída agora uma Comissão para avaliar o edifício!. Portanto, gostaria que o Sr. Presidente desse conta mais específica, mais pormenorizada, do andamento das negociações. Porquê agora a nova Comissão? Dá ideia que já houve outra Comissão para avaliar. Não se sabe se o imóvel, se as participações de capital (suponho que o assunto se desenvolveu nesses termos) e, portanto, em que fase estão; avaliar o quê; se a avaliação anterior não prestou e porquê?

Agora, «Aprovação de um protocolo com a Universidade de Aveiro, tendo em vista a construção comum de equipamentos desportivos». Se o que se fez foi um plano geral em abstracto, digamos, qualquer coisa em abstracto; se o que se pretendeu fazer foi algum regulamento para este efeito, ou se há algo de concreto e se há algo de concreto, o quê também?

Sobre as viagens. É de facto uma omissão, existe uma omissão neste relatório. E eu digo uma omissão, quer dizer, de certa maneira estou com o Sr. Dr. Neto Brandão, quando num relatório não se faz referência a viagens e porquê? Porque eu considero que as viagens são de facto matéria muito importante para qualquer Executivo. E até penso que este Executivo, como qualquer outro, devem viajar muito. E penso que os Executivos quando viajam muito (e digo isto com toda a

sinceridade), não viajam por lazer. Eu penso que um Autarca tem que estar actualizado e para estar actualizado tem que ter os olhos virados para o mundo e nas viagens que programa deve ir a sítios onde se aprenda, porque realmente aí poderá ver e comparar o que se faz, o que pode fazer de melhor, quer dizer, é um desafio à própria actividade de qualquer Executivo. Eu entendo não só que as viagens são úteis, como são dispensáveis. E entendo também, que este Executivo deve viajar muito e muito mais e penso que quando o faz, o fará em serviço. Agora, também penso que, deve fazer o relato nos documentos que emana daquilo que realizou em determinado período. Mas digo, eu considero sempre qualquer viagem como de extrema utilidade para qualquer Executivo.”

Vogal Manuel António:

"Muito obrigado Sr. Presidente. Eu só gostaria de fazer um comentário ao Relatório dos Serviços Municipalizados de Aveiro. Os computadores vieram dar uma ajuda muito grande à elaboração dos relatórios e permitem que se façam muitas páginas, ocupando relativamente pouco tempo. No entanto, há que ter um certo cuidado com os dados porque se têm que actualizar de relatório para relatório. Aquilo que se nota na página 21 é que, no topo da página se fala na comparação dos meses de Julho e Agosto / 97 - 96, no entanto, no fim da página diz que os resultados são da exploração de Abril e Maio / 96 - 97. Olhando para o quadro I desse mesmo relatório, vê-se que os passageiros transportados diminuíram qualquer coisa como em 3000 viagens. No quadro II refere os passes vendidos, no entanto, olhando para o quadro V aquilo que se verifica é que há um aumento de passageiros transportados por linhas, em todas as linhas. Quer dizer, há aqui qualquer coisa que não bate certo. Porque os passageiros não podem por um lado diminuir, mas se fazemos já os cálculos pelas linhas, então já aumenta. E aumenta num número, grosso modo, de 14 000 viagens. Ou seja, há aqui uma diferença de 17 000 viagens. Por isso, há aqui o copy/paste que funcionou mal e isto baralha a Assembleia Municipal. É que me parece que esta diminuição de 0, 94 se calhar já não é deste trimestre, mas é do outro trimestre anterior. Quem tem que dar estas explicações são os Serviços Municipalizados, mas isto baralha a Assembleia e por isso, talvez valesse a pena apresentar dados (como sugeriu o Sr. Salavessa e eu concordo), com mais anos, com um maior volume de viagens, para nós podermos ver se esta tendência realmente se está a diminuir, ou se é só a não actualização dos dados. Era só este reparo. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu antes de mais queria felicitar o Senhor Dr. Jorge Nascimento, pela habilidade com que fez a sua intervenção, por um lado, dando a oportunidade ao Sr. Presidente da Câmara de brilhar nas respostas que tão sabiamente engendrou, como por exemplo, em relação ao Teatro Municipal (oxalá que seja Municipal). É evidente que também eu próprio estou interessado nessa pergunta e nessa resposta, muito embora o meu estado de espírito, não seja exactamente coincidente com o do nosso amigo Dr. Jorge Nascimento.

Sobre os passeios e sobre as deslocações do Executivo: quando ouvi o Dr. Jorge Nascimento falar sobre esse tema e depois de uma interrupção de alguém desta Assembleia, ocorreu-me perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se alguma vez à noite saiu da estação dos caminhos de ferro, desceu Avenida e na primeira cortada à esquerda se enveredou a caminho da Rua Comandante Rocha e Cunha, que termina numa escuridão absoluta (quando eu digo absoluta é *ipsis verbis* absoluta). E nós estamos efectivamente numa Cidade em que quando se aborda o tema de desconcentração, de regionalização e outros tais, as pessoas têm pertencamente habilidade de quererem ser um pólo de grande desenvolvimento, de um centro cultural, de um centro exemplar de gestão autárquica, enfim, um exemplo de tudo. E eu digo, Sr. Presidente da Câmara, depois de termos acertado as contas (e pelos vistos parece que nem foi mau de todo) com a EDP, será que este Executivo não tem força política para mandar iluminar de uma vez por todas este Município, esta Cidade? É que não é só esse ponto negro a que eu me refiro. O Sr. Presidente, estava preocupado com a iluminação do IP5 a caminho da Barra. É óbvio que é útil, mas eu diria: isso será um luxo perante a necessidade imperiosa da zona envolvente ao Mercado Manuel Firmino; a zona envolvente à obra do Cojo; (mas essa está em obras ainda há uma certa desculpa) o próprio Rossio, onde por vezes aqui abordam questões de um certo ambiente nocturno desagradável para quem passa. Todos os pontos da Cidade, tirando felizmente a Rua onde eu moro; tirando talvez a Rua onde mora o Sr. Presidente da Câmara (por sorte nossa), fora da Cidade, já houve um Presidente de Junta que se queixou aqui que lhe apagaram a luz à porta da sede da Junta. Isto é uma crítica muito mais virada para a EDP, sobretudo no que toca a essa pseudo-poupança na zona rural, mas na zona mais urbana como é esta Cidade, é imperdoável que este Executivo, depois de tantos anos em que desde 1982 ou 1983 entregámos a gestão da exploração de baixa tensão à EDP, não tenhamos força política para exigir que Aveiro seja uma Cidade muito bem iluminada, onde à noite se possa passear à vontade, sobretudo numa época em que por toda a parte do País se fala em receios de alguma criminalidade, em receio de alguns

abusos, porventura, de pessoas marginais que queiram intrometer-se relativamente às pessoas que passam.

Outro assunto que eu queria muito sucintamente que o Sr. Presidente tivesse a bondade de esclarecer, é a questão dos Museus. Quando a Senhora Vereadora Maria da Luz iniciou o seu mandato, eu ouvi aqui com muito gosto uma autêntica lição de museologia e deu-nos a ideia que ela iria acabar o mandato, dotando Aveiro com um conjunto de museus, alguns dos quais se falam há seguramente quinze anos. E agora, leio no Relatório, que o Sr. Presidente da Câmara tem em segunda fase o início dos trabalhos dos chamados museus municipais. Não sei se vai haver muitas mais fases, estamos na segunda, não sei se vai haver a quarta, a sexta, a décima ... Mas uma coisa eu sei, a Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz iludiu-se. Eu também lhe disse na altura, recordo-me plenamente: Sr.<sup>a</sup> Vereadora isto é como no futebol (que é matéria que eu não percebo muito), disse-lhe quero ver no final do seu mandato quantos golos marcou. E agora, vou-lhe perguntar: explique-nos lá, em matéria de museologia, quantos golos marcou?

Sobre o Arquivo Distrital, o Sr. Presidente falou aí Arquivo Municipal. Confesso que não percebi. Primeiro, entidades diversas que são complementares só num sentido muito lato, de resto não são nada complementares. Gostava que me explicasse como é que os documentos das paróquias ao fim de uma série de anos vão para o Distrital; os documentos até de notários caem, como é que os da Câmara também lá caem. Não estou a perceber lá muito esse jogo, essa combinação de espaços. De qualquer forma, há obras e esta é uma delas, que também se falam nesta terra há tantos anos que a gente leva a ideia de não acreditar. É como o Centro Coordenador de Transportes. Sr. Presidente, em 1981 encarregou-se o Eng.<sup>o</sup> Sequeira Pereira de fazer um trabalho de levantamento daquele Centro Coordenador de Transportes, eu acompanhei isso em pormenor, estamos a virar para o ano 2000 e ainda não demos um passo seguro, firme, nessa matéria. Veio o Sr. Presidente dizer-nos: Os autocarros das empresas privadas também irão para lá. Eu ando ansioso para que tal aconteça, todos nós andamos ansiosos. É que há obras que tornam-se malhadiças, patinam, não saem do sítio e as pessoas deixam de acreditar. Essa é uma delas. A do Arquivo Distrital é outra e eu espero que as palavras do Sr. Presidente, na parte que se refere à utilização do espaço, do subsolo, daquele espaço livre que lá existe para efeitos de estacionamento, depois não seja como acontece muitas vezes nos empreendimentos privados, depois para depósito também de papéis. Quer dizer, o Sr. Presidente diz, é para os carros, para estacionamento, mas depois o Arquivo vai crescer e depois passa a ser papéis como é os fundos deste edifício onde nos encontramos e às vezes sem condições nenhuma, com desumidificadores etc. Se é para

carros, Sr. Presidente, que se construa de maneira que seja efectivamente para carros, porque é uma zona em que é muito necessário arranjar espaços para abrigar as latas e devolver aos peões os espaços. E a propósito de espaços pedonais, perguntava quando é que a Rua Direita e outras ruas de interesse para os peões, quando é que de uma vez por todas, a Câmara tem a coragem de contrariar meia dúzia de pessoas que são sempre do contra e quando é que a Câmara encerra mesmo esse tipo de ruas e as entrega a nós, enquanto cidadãos que andamos a pé.”

Vogal Diogo Machado:

" Sr. Presidente, Srs. Vogais da Assembleia Municipal, muito rapidamente para com a mesma tranquilidade que transparece desta comunicação e desta Sessão da Assembleia Municipal, para realmente dizer que entendo, em minha opinião, que o trabalho desenvolvido pela Câmara no período a que respeita esta Comunicação, foi de valor, foi de um valor que ainda aqui não foi focado hoje e para comprovar o que digo apenas cito três das alíneas que aqui estão focadas na introdução. A primeira é a aprovação do estudo de viabilidade económica do metro ligeiro de superfície que já foi remetido para as instâncias superiores como aqui está escrito e eu não vi ninguém falar nisso; a segunda é o Plano de Pormenor para a lota que aqui foi aflorado e que realmente é um passo em frente na recuperação de uma zona que todos nós queremos ver recuperada; a terceira e se calhar uma das mais batidas durante muito tempo e que de repente, não sei se é por vir aqui escrita deixou de se falar nisso, é a abertura das propostas para a reabilitação dos muros dos canais, primeira fase, devendo a sua adjudicação ser efectuada já na próxima segunda-feira. São apenas três exemplos e três exemplos importantes, salvo opinião avisada em contrário, de que realmente para quem não salta mais de um metro e trinta, esta Câmara tem feito alguma coisa de valor.

Penso que é também chegada a altura de dizer que finalmente, outras instâncias para além da Câmara, chegaram à conclusão de que havia determinado tipo de investimentos ou de actuações em Aveiro, que urgiam, que Aveiro já esperou algum tempo por elas, se calhar tempo demais, e que finalmente, ao fim de não sei quantos anos, como já aqui foi aflorado, essas mesmas instâncias para além da Câmara, chegaram à conclusão que havia realmente necessidade de investir, que havia realmente necessidade de desbloquear os processos de decisão e que havia realmente de avançar com pelo menos estas três obras.

Em segundo lugar, uma breve e ligeira correcção e simultaneamente uma palavra de apreço ou de regozijo, entendam como quiserem, só para corrigir o meu querido, amigo e colega de Assembleia,

*Dr. Neto Brandão, a viagem do Executivo não foi a Macau, foi ao Japão, terá feito escala em Macau. E até lhe digo, que uma das estrelas da companhia, ao que sei, por fontes oficiosas, até foi um Vereador Socialista e, portanto, o Senhor sabe muito bem que realmente estas viagens são proveitosas. É para me regozijar também com uma sessão amena, sossegada, tranquila, apesar da altura em que estamos, sem grandes pontos de interesse para além daquilo que realmente foi aqui focado e que não são realmente questões fundamentais, porque as questões fundamentais estão claramente aqui focadas na introdução da Comunicação, ao mesmo tempo para transmitir o meu apreço ao Executivo, que apesar de todas as pressões, continua a jogar e bem nas regionais e continua e bem, a cumprir o que diz o princípio de Peter. Muito obrigado".*

**Vogal Filipe Brandão:**

*"Agradeço obviamente a correcção, de facto, Macau foi apenas uma das escalas dessa famosa viagem. A referência que faz ao Dr. Nogueira de Lemos, penso que não passará apenas de alguma má consciência revelada relativamente à viagem, porquanto, desconheço qual o relevo dessa invocação, uma vez que não me tendo eu pronunciado quanto ao mérito da viagem, apenas posso referir que a responsabilidade pela omissão do relatório da mesma, compete única e exclusivamente ao Presidente da Câmara. Porque se quiser entrar no mérito eu espero pelo relato de quem é responsável para o fazer. Portanto, a única questão que se colocou, foi da omissão da referência dessa viagem neste relatório."*

**Vogal Diogo Machado:**

*"Só para esclarecer o Dr. Brandão, que o que eu quis dizer e provavelmente disse mal foi que, obviamente, que o Senhor não discutiu o mérito da viagem, nem eu alguma vez aqui disse que o tinha feito, porque realmente uma das estrelas da companhia, no bom sentido, foi o Vereador Socialista, como outras."*

**Vogal Raúl Martins:**

*"Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, o problema que eu aqui trago é fundamentalmente um problema de Saúde Pública. E mais do que uma observação sobre o Plano de Actividades, é um pedido. Todos nós sabemos e o Sr. Presidente dada a sua classificação profissional como médico, há dias assistiu que nalguns países existiram problemas de saúde muito graves, provocados por uma doença qualquer transmitida pelos ratos. Acontece, que na Ponta do Canal de Santiago, o também conhecido por esteiro de S. Pedro, mesmo na ponta onde estão*

os ciganos, existem milhões de ratazanas. É fácil a quem passa lá, ver a olho nu, vinte, trinta, ao mesmo tempo. São ratazanas, mas são senhoras ratazanas! Está claro que isso aconteceu em grande parte por culpa de unidades industriais que estavam ali estabelecidas e que mandavam determinados dejectos para a ria, nomeadamente o matadouro e, portanto, que alimentaram toda aquela ratagem que lá existe e um pouco também pelo desleixo da população que faz daquilo vazadouro. Dado que neste momento aquele Canal está completamente despoluído, dado que as unidades a Sul da 109 tem ETAR (como é o caso do matadouro, que neste momento já não manda para a Ria, graças ao feliz protocolo que teve a colaboração dos Serviços Municipalizados de Aveiro). Eu vinha aqui solicitar que fossem feitas duas coisas: (penso que é uma coisa que envolve pouco dinheiro e que pode ser feito e que é do agrado de toda a gente) em primeiro lugar ver se é possível fazer uma limpeza, mesmo pequena, ligeira, nessa parte do canal junto aos ciganos. Isto é, penso que uma retro-escavadora daquelas que têm uma pá de balde aí com nove metros, mesmo de fora, faz ali uma limpeza, porque aquilo é lixo de todas as espécies que lá está, bicicletas, restos de fogões, enfim, pode-se fazer uma limpeza aí com quatro ou cinco camiões a carregar. E depois, que nessa zona a Norte da 109, até à zona dos ciganos, se fosse possível, que fosse feita uma desratização, porque efectivamente aquilo atinge foros efectivamente inconcebíveis. Quem lá passa de manhã de automóvel verifica, que estão todos dias mortas na estrada, atropeladas, meia dúzia de ratazanas. Portanto, imaginem a fauna que anda para ali, para na estrada estarem todos os dias mortas essa quantidade de bichos. Penso que neste momento a DANKAL também não provoca qualquer poluição, uma vez que está a trabalhar em circuito fechado. Aquele Canal está completamente despoluído em termos de efluentes líquidos, será altura da Câmara fazer uma limpeza, se possível até fazer uma limpeza à vala entre a 109 e essa ponte. Tem ali um pequeno pontão e depois a Norte desse pontão, ali numa área de 30 ou 40 metros, até afundar aquilo um bocado, tirando aquele lixo, pneus, fogões, tudo o que lá está para fora e fazer uma desratização, seria, obviamente, uma medida da maior importância para a Saúde Pública das pessoas que estão ali naquela zona."

Vogal Dias da Silva:

"Era só um pequeno comentário ao calmo, sereno e bem disposto discurso do Sr. Deputado Diogo Machado. Por aquilo que ele disse, realmente apeteceu-me gritar daqui deste lado da bancada: Fantástico Melga! Realmente, foi muita coisa muito bem dita, mas que realmente se ele fosse alguma vez Presidente de Junta, talvez não sentisse

o entusiasmo que sentiu, ao transmitir o discurso que transmitiu aqui neste momento."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Armando Manuel Dinis Vieira.

Presidente da Câmara:

"Eu começava pela primeira intervenção que foi do Dr. Filipe Brandão e que depois foi também o mesmo assunto abordado por outros Deputados Municipais, que é a viagem ao Japão. Nós não fomos a Macau, foi um ponto de escala é certo, como tivemos que parar noutros lados e quem vai ao Japão muda de ilha para ilha às vezes em termos de viagem. Faz vinte anos para o próximo ano, em 1998, que há uma relação de amizade com Oita. Faz vinte anos em que foram assumidos compromissos entre cidades, entre povos, embora distantes, que rezam de uma declaração conjunta assinada em dez de Outubro de 1978. Depois disso, Aveiro visitou já oficialmente (a Câmara Municipal) e acompanhado com um grupo de pessoas, de interessados, esses sim para viajar, creio que duas vezes. Quase todos os anos que recebemos coisas de Oita, entidades de Oita e do Japão a propósito de Oita, na Câmara Municipal, em visitas de trabalho e conseqüentemente também para conhecer a região que visitam. Há bastante tempo que vinham convidando a Câmara Municipal de Aveiro para fazer uma visita, para retribuir a última que foi à volta de três anos, que o Presidente da Câmara de Oita fez a Aveiro. E nesta declaração conjunta diz assim: «Desejam ardentemente as duas cidades incrementar a amizade entre os seus cidadãos, intensificando ao mesmo tempo o intercâmbio cultural e económico entre ambas e contribuindo para uma maior participação entre Portugal e o Japão». Para quem já assistiu a reuniões com os Presidentes da Federação Mundial das geminações entre cidades e entre os povos, há uma preocupação em toda a Europa de criar amizade, criar relação, tomar conhecimento, compreendermos melhor e, o primeiro princípio que eu aprendi desde que estou na Câmara Municipal foi o de que, acima de tudo, estava a colaboração entre os povos para gerar a paz. Outros motivos, outros objectivos existem nestas irmanações (e mais adiante a propósito da Expo 98 repetirei estas palavras) e chegou a altura de insistentes convites por parte da Câmara Municipal de Oita, que estão neste Relatório, que eu vou pedir muita desculpa por não estar ainda totalmente preparado para entregar, mas que vai ficar nesta Assembleia para verem e para lerem. Não estará tudo, mas explicar-se-á o que for necessário, foi o corresponder de facto a esse convite, manter viva esta amizade, manter esta relação com um País longínquo, com uma cultura diferente, mas que estou certo, surpreendeu todos aqueles que

foram a Oita. Por este Relatório, poder-se-á ver que eu próprio muito modestamente preparei umas palavras para proferir na recepção, pedi a alguém até que me ajudasse para conhecer melhor a relação e a intervenção e ainda influência dos portugueses há quatrocentos e cinquenta anos naquela região, levei alguns nomes para poder referi-los, não sou um estudioso profundo mas preparei-me para isso e quando cheguei ao Japão, quando cheguei a Oita, fui surpreendido por um relatório que me foi entregue pela Câmara de Oita, em que de facto, eles falam de Portugal e falam dessas relações e da importância do que aconteceu, coisa que eu nunca ouvi falar em Portugal. Eu fui professor, fui dirigente escolar, eu nunca ensinei isto aos meus alunos, isto ensinase em Tóquio: A intervenção e a influência dos Portugueses. Eu ouvi falar português abundantemente. Portanto, esta razão é suficiente, de facto, só indo lá é que se aprende, como aqui alguém disse. Não fizemos uma aprendizagem, mas aprendemos aquilo que é uma sensibilidade, que é um respeito, que é uma consideração, por aqueles que eles chamam "nanban", que eles chamam "bárbaros" ou "nariz grande". Isto é a razão que levou Aveiro a visitar Oita. É o interesse cultural, é manter a relação, é fazer aquilo que o País tem tido vergonha de fazer até com os países de expressão portuguesa. Vamos esquecendo, todos nós, não me estou a referir concretamente a Governo algum nem a qualquer entidade, mas normalmente temos até uma certa vergonha de falar daquilo que ocorreu naquela época.

O Dr. Filipe Brandão fez bem em ter colocado o problema, porque nós sentimos que havia necessidade de se fazer um relatório e têmo-lo aqui. Ele tem cinquenta páginas, tem algumas fotografias, tem alguns elementos, tem os discursos, tem a presença. Eu vou deixá-lo à Assembleia, vou cozê-lo para não se perderem as folhas e depois cada um poderá consultá-lo. Não valerá a pena eu estar aqui a ler aquilo que aqui se passou. Uma coisa que só quero dizer e é normalmente aqui que toda a gente se preocupa com as viagens: Pagou as viagens ou foi de graça? É aqui que muitas das vezes assenta este processo, porque ninguém desconhece o interesse das relações. Se me puserem o problema em termos de relações económicas, se a Câmara aí teve alguma visita, a verdade é que se vão estabelecendo contactos, fica sempre uma ligação, porque também lá estive o Presidente da Associação, o Presidente do Departamento. Agora, permitam-me só acrescentar: eu vi no Hospital Luís de Almeida, que tem um nome de um missionário sacerdote, que foi quem implementou a medicina ocidental no Oriente. E fomos recebidos pelo Director que é, por sinal, Cônsul Honorário Português, Director do Hospital. E é de facto, entusiasmante, é gratificante, tão longe de Portugal, verificar que naquele hospital há uma sala com esta dimensão. Ficámos estupefactos, ao ver toda uma representação ligada a Portugal,

desde a maqueta do primeiro hospital que terá sido criado por Luís de Almeida, até documentos recentes. Eu queria dizer que, em Usuki, uma Cidade que nós visitámos, vimos um centro em que se estuda português, em que se preparam documentos portugueses e vi livros recentíssimos do Dr. Mário Soares, de vários escritores portugueses ali presentes, porque eles vivem esta relação com grande intenção. Julgo que isto é válido em termos de relacionamento e em mantermos a nossa ligação e a nossa amizade com um povo que me surpreendeu. Eu nunca lá tinha ido, nem voltarei se calhar, não faço ideia nenhuma, mas isso penso que foi válido para todos e o Sr. Armando Vieira que está ali, que acompanhou e que pagou a sua viagem, diga-se com toda a verdade. Está aqui a lista de quem pagou e está aqui a lista das despesas. Em viagens gastaram-se, os membros da comitiva, aqueles que foram oficialmente, 3.759 contos. Tudo consta aqui do relatório. Pronto isto fica referido aqui.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Olinto Henrique da Cruz Ravara.

Vogal Filipe Brandão:

"É pura e simplesmente, saber, porque é que não consta do Relatório, porque é que nunca constou? V. Ex.a está-me a dizer porque eu falei. Porque esta concreta viagem que eu refiro é o pretexto da minha intervenção. A questão é que houve variadíssimas viagens e nunca a esta Assembleia foi trazida qualquer informação. Aliás, há um bocado comentava com um colega de Assembleia, que se calhar, o facto do Vereador do Trânsito, por exemplo, se ter deslocado a Moçambique, explique muita da confusão que há com os cartões para estacionamento da Avenida, se calhar, terá aprendido lá como é que lida com essa questão. A verdade é nunca a esta Assembleia houve qualquer justificação para qualquer viagem. Esta concreta viagem que se coloca neste momento é o pretexto para esta discussão. Portanto, é uma questão de filosofia e V. Ex.a falou e eu gosto de saber, de facto, a boa imagem de que goza Portugal do estrangeiro, mas foi incapaz de dizer até ao momento, porque é que não constou toda esta informação, uma vez que, como acaba até de referir em termos de repercussão económica para o Município, acaba por ser até mais importante do que algumas. Com toda a certeza terá sido mais importante para o Município esta viagem do que o corte de ervas daninhas na pista de S. Jacinto."

Presidente da Câmara:

"O Relatório está aqui, eu vou deixá-lo para a leitura dos Senhores Deputados. A razão porque não vieram relatórios anteriores,

*eu penso que durante este mandato, eu pelo menos, não fui a qualquer lado, não fiz qualquer outra viagem. Mas respeito a sua pergunta.*

*Quando se fala em Plano de Pormenor para utilização do espaço da lota, pode até ser uma expressão não muito real na medida em que há um estudo urbanístico para aquela área de utilização do espaço da lota (eu gostava que isto ficasse certo), porque temos falado sempre no espaço da lota. Há um protocolo assinado entre Câmara Municipal, entre JAPA e Universidade. O objectivo é utilizar aquele espaço em termos de cada uma destas entidades. Para um museu da ria por parte da Câmara, para um estaleiro de construção naval de embarcações tradicionais por parte da JAPA e um fórum científico por parte da Universidade. Acrescido a isto, a de zona de lazer, que este estudo urbanístico feito pela Câmara em conjunto com técnicos de cada uma destas entidades, estimou em zonas para as sedes das associações de desportos náuticos, criou espaços de diversão, as discotecas, (são apontados três espaços deste género) localizou os automóveis, criou todo um trabalho paisagístico e de ordenamento para aquela área. É nesta altura em que de facto um grupo de três técnicos fizeram este estudo, surge por parte da Junta Autónoma de Porto de Aveiro um Plano de Pormenor para a área do Porto (molhe Sul) e área que lhe está afectada do domínio público marítimo, ou seja, entre o Cais das Pirâmides até ao Porto. Surge primeiro um Plano de Pormenor especial, que penso a Junta Autónoma pode, em termos da Lei, fazer para a área do Porto. E a Câmara ao tomar conhecimento disso procura entrar neste processo e, enfim, dar a sua opinião e que ele fosse feito em conjunto, no sentido de não termos aqui um Porto igual àquele que aconteceu em Lisboa com os barracões todos virados para o IP5, virados para a estrada para a Barra, o que seria desagradável. Houve coincidência e houve entendimento e a partir desse momento a JAPA aceitou tomar nota disto, que isto realmente tem interesse, para que não fiquem confusões, prolongar esse Plano de Pormenor até ao Canal das Pirâmides e englobar também o estudo urbanístico feito para a lota. Neste momento, desenvolve-se esse Plano de Pormenor, está numa fase final, aquilo que diz respeito a esse Plano especial teve o nosso parecer, estamos a acompanhar com um técnico e pensamos que estamos a ordenar aquela área neste sentido. A lota já referi, outra é a protecção às marinhas, criação de locais próprios para aves marinhas, criação de locais próprios para lazer, e outros. Tudo aquilo que se integra no Plano Director Municipal, exceptuando a parte que diz respeito ao próprio Porto, que terá também algum ordenamento condizente com isto que eu estou a acabar de dizer e que não pode deixar de ter as instalações que o Porto necessita.*

Quanto à escola das Cardadeiras: são empresas, houve concursos, eles foram um pouco tardiamente feitos, aproximaram-se as aulas, distribuiu-se o pessoal dessa empresa por vários edifícios e acabou por naquele dia ter essa reacção que veio na televisão, mas está tudo controlado, não resultou daí grande problema, meia dúzia de dias que os meninos tiveram que ficar sem aulas. Foi pena que acontecesse; vamos estar atentos noutra altura.

A Expo 98 - eu falei aqui nisso e já agora tem que se aproveitar e explicar isso bem, da presença de Aveiro na Expo 98. Tem sido difícil, porque a Expo 98 não se trata de uma feira como aquelas que se realizam por aí; trata-se de uma exposição, tem características próprias, tem que ter muito cuidado, tem que ter uma visibilidade, tem que ter, portanto, um tratamento muito especial. Não está previsto que as Câmaras Municipais se representem na Expo; era impossível. E o trabalho que tem vindo a ser feito, que eu próprio tenho coordenado, é em termos de mesa permanente Luso-Espanhola, é em termos de região, é em termos de um espaço que possa, de facto, estar presente naquilo que outrora se chamou "Pavilhão das Regiões", mas que hoje se chama "Pavilhão do Território" e bem (caso contrário, entrávamos aqui com algumas dificuldades em termos de competição). Também não existe neste "Pavilhão do Território", onde de facto está autorizada a nossa participação, não existe aquilo a que nós chamamos o "Stand". Ter um "Stand" com oitenta, cem metros, com cadeiras para estar sentados, isso não existe, na medida em que, cada pessoa que passa pelo pavilhão, estima-se que demore no mínimo quinze minutos e no máximo demorará obrigatoriamente meia-hora, caso contrário entope quem vai visitar o pavilhão. É interessante, que nos parecia difícil e resolveu-se recentemente com um projecto que a mesa permanente Luso-Espanhola apresentou, neste caso, com predominância até para a zona de Aveiro, porque é aquela que tem a água, que tem o mar, porque a temática são os mares, são os oceanos e que está em melhores condições exactamente de apresentar aquilo que há pouco acabei de dizer. Esses projectos de utilização do espaço lagunar, essas maquetes, sem esquecer que terá de haver o "Eixo" todo, terá de haver uma presença em termos de cd-room em termos de exposição gráfica, em termos de uma visualidade que quem passa se apercebe, que existe esta Região e que existe uma Associação e que está ali a mostrar desde Tordesilhas até Aveiro. Temos resposta escrita da Expo, estamos a prepararmo-nos em termos da mesa, o que significa que estamos a prepararmo-nos em termos de Câmaras Municipais, porque os associados são exactamente Câmaras Municipais.

Quanto ao Arquivo Distrital, puseram-me aqui alguma dúvida, eu vou tentar lembrar-me da dúvida. O Arquivo Distrital teve já várias fases. Há uns anos atrás chegou-se a apontar o local onde estão

*estas construções, aqui ao pé do marnoto, ali havia um espaço devoluto atrás do Bóia, chegou-se a apontar, ficaria ali bem, era da Câmara, a Câmara decidia esse espaço. Não concordaram porque era pequeno, a área não dava, muitas dificuldades, parou-se. A empresa de pesca poderia talvez servir, também não; a quinta de Alberto Souto na própria casa, falava-se nessa hipótese de instalar ali o Arquivo Distrital. Nenhuma resultou, e estranhamente e agradavelmente aparece agora alguém que diz: Não, até pode utilizar-se a Assembleia Distrital e aquele espaço que é propriedade da Assembleia Distrital. Há três proprietários: o Convento do Carmo, a Câmara que tem a área da Escola do Magistério e toda aquela zona que vai até à latina, terreno esse, que no acordo feito com a Diocese, ficou de ser aberto um arruamento que dava continuidade por trás da latina e saía na Rua do Carmo, ao lado da Assembleia Distrital. Com o tempo eu próprio verifiquei que isso não tinha interesse absolutamente algum. Entretanto, encontrou-se uma solução que é motivada pela necessidade urgente de instalar o Arquivo Distrital e é motivada também pelo não funcionamento da Assembleia Distrital. Portanto, não funcionando a Assembleia, tem que ser dado uso àquela casa. Alguém tem que tomar conta dela. E quando na última reunião em que eu participei houve quorum e quando se julgava que os Senhores Presidentes de Câmara do Distrito: Sim senhor, é entregar à Câmara de Aveiro e a Câmara de Aveiro dá solução. Não, nasceu ali a chama do distrito. Nessa reunião aparecem os do Norte, (é curioso): Não, era bom que o Distrito tivesse aqui um espaço, continuasse com um espaço...! E está tudo combinado da seguinte forma: A Assembleia negocia, faz protocolo, faz contrato com a Torre do Tombo, com o Arquivo Nacional, e fica ali reservado um espaço para que enquanto houver este entusiasmo por parte dos outros concelhos, ficará um espaço para cada um dos Presidentes de Câmara que venha, sintam que está também na casa dele, (se continuarem a pagar as quotas mensais, que esse é que é o grande dilema) mas para que não haja contrariedade a este sentimento que ali foi colocado no momento em que até o Presidente da Assembleia Distrital pedia a sua demissão, porque não tem dinheiro para pagar a ninguém (e como sabem a Câmara de Aveiro e a Câmara de Águeda, primeiro por ser em Aveiro, segundo por ser Presidente da Assembleia Distrital é que têm estado praticamente a pagar e a ajudar um pouco com subsídios para que os funcionários que existem ainda lá possam ganhar o seu ordenado) e felizmente que aparece esta hipótese agora do actual Director da Torre do Tombo que, olhando e mandando um técnico verifica que, de acordo com o PDM, há hipóteses de fazer a construção que liga aquela empena da Rua Eng. Oudinot. A Câmara tem ainda o terreno anexo, podem fazer um projecto de integração com as traseiras da Assembleia Distrital e a Câmara pode também disponibilizar*

o seu terreno. Nas negociações está previsto então o parque subterrâneo (a fazer pela Torre do Tombo), que lhes interessa também a eles e que temos que o preservar e destinar efectivamente só para carros, porque se lá vão meter os papéis acontece o que o Sr. Custódio Ramos disse à pouco. Mas as expectativas são boas, prevê-se uma boa resolução para a instalações do arquivo, uma inteligente decisão do Director do Arquivo Nacional que consegue e naturalmente tem técnico capaz de fazer um projecto e ele fica bem localizado e ao mesmo tempo alguém tomará no futuro conta da casa da Assembleia Distrital, onde hoje já entra água pelo telhado por falta de atenção.

Quanto ao Bairro da Misericórdia, é complicado Sr. João da Peixinha. A sua preocupação é a de todos nós. É complicado, é assunto para aqui discutirmos porque os assuntos complicados são mesmo para se estudar, para se falar, porque a sua preocupação é a nossa preocupação. Há falhas, há erros; pessoalmente a Câmara pode não estar toda de acordo com aquilo que vou dizer: a Câmara nunca devia ter vendido nenhum dos prédios e agora tinha condições até de os vender todos de uma vez a uma entidade, e fazer o realojamento de todos aqueles moradores noutro lado e integrar isto na Universidade. Se calhar seria de facto a decisão mais importante que se podia tomar, mantendo a Universidade aquele bairro, mantendo a sua caracterização e a Universidade não se poria de fora. Só que agora, este estudo tem que ser muito bem tratado, tem que haver um estudo económico que já não é só um estudo urbanístico, um estudo arquitectónico, a manutenção, é dinheiro que está ali agora empenhado. Agora aí, só o Sr. Vereador é que poderá dizer se são obras, são licenciamentos, são informações, aqui não sei explicar. Isso pode contar para as dificuldades na solução. Tínhamos duas hipóteses: vamos deixar todos colocar mais um piso, fica o assunto resolvido?! E damos-lhe a mesma característica ao piso de cima, ao aproveitamento do sótão, mantendo a estética actual? Se calhar não era mau. Mas agora vamos a outra hipótese: E se de facto, saísse daqui o Bairro, e a Universidade porque até está ali perfeitamente integrado na sua área, o assuma para estudantes, para fins que a Universidade entendesse, e as pessoas fossem instaladas noutro lado. É uma coisa de nada mas é muito, muito complexa. Mas estamos atentos e a sua preocupação é legítima.

Quanto ao circuito das lanchas, eu fui um dos culpados (está aqui o Eng.º Victor dessa época), em que a lancha fosse à Torreira. Eu vivi na Torreira; quando pus os pés para trabalhar neste Distrito, o primeiro local foi a Torreira, já lá vão trinta e tal anos, não havia ponte da varela, era de barco na ETRA, naquilo que é hoje Transria. Havia uma empresa que transaccionava quer para aqui, quer para a Murtosa, para a Bestida. E quando a lancha aparece, foi adquirida na Câmara

onde esteve o Sr. Custódio Ramos e sou eu depois que a venho receber e dar-lhe alguma utilização como Vereador da Cultura e do Desporto. Ficou definido nessa altura, por pressão minha de que nós tínhamos que ter uma representação regional, aquilo que nós andamos sempre aqui a falar, intervenção, influência. Então temos que valorizar a Ria, só nós é que temos uma lancha destas, vamos levá-la o mais longe possível. Isto custa caro à Câmara, mas vamos fazer isto (contra a vontade de muitos, não sei se recordam) devia ir só a S. Jacinto e vir e aí está até hoje. Mas eu hoje reconheço, que os circuitos para o ano (vamos lá ver se alguém o alterará), se fossemos nós alteraríamos os circuitos. Para a Torreira só circuitos encomendados, por grupos que queriam ir à torreira; o resto, entendo que eles devem ir a S. Jacinto e à Costa Nova. São as zonas que nos permitem até, ir de manhã e vir ao meio dia ou ir almoçar e vir ao meio da tarde e desde um passeio, dois ou três. Porque hoje reconheço que nem sempre a lancha vai devidamente ocupada, rentabilizada, e também quem dá um passeio daqueles só o dá uma vez; enquanto daqui até à Costa Nova, almoçar e vir, fica com gosto em repetir.

Os terminais fluviais são projectos da própria JAPA, que está a criar novos locais de atracamento que podem permitir lanchas e podem permitir ferry-boat. E ao mesmo tempo também apresentou um projecto à Câmara para recuperação da muralha. É de assinalar o bom relacionamento entre a JAPA e a Câmara. Há projectos feitos pela JAPA que são apresentados à Câmara para a Câmara tomar conhecimento.

Quanto ao Teatro Aveirense, depois de alguns problemas levantados pela nova Administração, a Câmara designou uma Comissão para fazerem uma nova avaliação. Tinha havido uma proposta, tinha sido aceite pela Administração anterior, demorou este tempo, problemas de quotas, vende-se quotas, não vende, de quem são as quotas, são problemas que nos ultrapassam na medida em que há problemas com isso. A Administração actual veio trazer novos elementos, ou seja, compram as quotas e então tudo bem, ou definem-se e compram o Teatro. E a Câmara tem-se mantido numa posição de que para ela, Câmara, é conveniente comprar o Teatro. Tem-se mantido nesta posição; poderá ou não vir a mudar, depende agora, daquilo que vai nascer destas reuniões que se andam a fazer. E neste momento aguardamos apenas da parte da empresa, que designe o técnico que acompanhará e os Vereadores que hão-de ir lá para verificar se vale mais do que aquilo que se ofereceu na altura, ou se calhar, se vale menos. Temos que fazer as coisas conscientemente e não estarmos a embarcar em coisas fáceis só para dizer: já comprámos.

A iluminação da Cidade, está a recomendação feita Sr. Custódio Ramos. E o Senhor fala bem e diz bem porque, depois de soluções encontradas para os problemas havidos em tempo, não se

*justifica. O Eng. Victor pode explicar que é o homem que tem estado com as negociações da EDP.*

*Os Museus têm duas fases: a primeira foi completada e agora está na segunda fase, que é o acabamento.*

*O encerramento da Rua Direita, está o Sr. Vereador Sr. Tenente Coronel, encarregado pela Câmara de fazer o ensaio o mais rapidamente possível. Está neste momento deliberado em reunião de Câmara, proposto por mim, vamos fazer o ensaio, uma vez que já está em funcionamento a zona da Sé. E só não foi feito já, sabe porquê? Por causa da obra do Cojo e uma proposta que surgiu, que é a Rua Batalhão de Caçadores 10 tivesse só um sentido e isso é complicado, fechar uma rua e ficar só com um sentido na outra. Mas dentro de poucos dias somos capazes de ter uma fronteirazinha para experimentar e depois vermos a reacção. Não há ali qualquer obstáculo por razões de serem do grupo A ou do grupo B."*

Entretanto saiu da sala o Vogal Victor Manuel Cepeda Mangerão.

Vereadora Dr.<sup>a</sup> Maria da Luz:

*"Realmente, talvez não tenha marcado golos, mas também nunca os quis marcar, muito menos sozinha. Mas de qualquer forma, acho que se fizeram várias manifestações culturais, do colectivo, que marcaram. E os golos, se quisermos identificar o golo como uma obra construída e final, ela tem muito para andar, porque os museus não são apenas casas ou exposições. É aquilo que eu chamo o uso da memória e muitas vezes as coisas efémeras são as mais significativas para as pessoas.*

*O projecto raízes ficou, deu muitos frutos; o projecto dos museus municipais, está o lançamento da obra e ficou um projecto teórico, está registado no Boletim Municipal, esperemos que alguém também lhe dê continuidade. A aquisição da Troncalhada foi feita, fizeram-se melhoramentos, falta a parte da sinalética e de marketing.*

*Depois também se fizeram programas e projectos de adaptação de edifícios para os núcleos em Cacia e em Eixo, também está em projecto, vamos ver que é continuidade. E agora, talvez o único golo que ainda consegue ser dado, é o museu etnográfico de Requeixo, ainda por cima vai ser inaugurado com chuva."*

Vereador Victor Silva:

*"O problema do saneamento em Mataduços e as queixas e o problema de algumas casas estarem mais baixas do que a quota da*

conduta. Quero dizer que tecnicamente ninguém faz um projecto para criar problemas, é para resolver problemas. Nós estamos a falar de Mataduchos e o Senhor Salavessa falou no Paço, mas na Póvoa do Paço não há saneamento e, portanto, admito que seja confusão e que seja em Mataduchos esta questão. Em Mataduchos chegámos a fazer valas com profundidade de quatro metros, para levar a conduta a quatro metros e dezoito e mesmo assim não dá, porque tem que ser por gravidade para retirar os esgotos e mesmo assim não resolvemos o problema. De maneira que, temos que cumprir a legislação e de acordo com a legislação vigente, as pessoas têm que resolver esse problema aonde por gravidade isso não é possível. Portanto, compete aos indivíduos, aos proprietários das casas. Em relação à questão dos esgotos ligados à três anos, também penso que, alguns casos que se passaram em Mataduchos com a entrada da estação elevatória que demorou, (estava na solução integrada da SIMRIA) a entrar em funcionamento, penso que se refere a isso, ou eventualmente um caso ou outro que surgiu em Azurva. Nós sabemos que há essas situações, algumas situações.

O Sr. Peixinha levanta aqui o problema dos Amigos do Parque e dos óleos do parque. Na página 17, está aqui assim: «Infra-estruturas das águas residuais para servir o Parque ...». É para servir o parque, é para desviar este tipo de águas do parque. Agora há pouco falaram aqui assim nos óleos do parque, eu gostava de dizer, nós já temos algumas pistas, mas não temos certezas ainda de quem lança os óleos nas águas pluviais, que depois vêm ter ao parque e depois vêm matar os peixes.

O problema dos ratos que o Dr. Raúl Martins levanta. Eu gostaria de deixar aqui o meu contentamento e a minha alegria pelo facto de ter contribuído de alguma forma para que o esteiro de S. Pedro tenha finalmente encontrado a solução que desejava. Mas também gostava de dizer, que compete também a outras instâncias, que não a Câmara, a limpeza das valas hidráulicas e não só aquela. A Direcção Geral dos Recursos Hídricos, tinham por obrigação fazer a limpeza das valas, destas e das outras todas que estão a criar problemas se calhar no Concelho, no Distrito e no País. E que não pode ser a Câmara a fazê-lo. Mas nesse caso, como já o fizemos noutras, também estamos disponíveis para o fazer. E o problema da desratização é da exclusiva competência da Câmara, portanto, eu vou (embora não seja do meu pelouro) pedir para quem o faça.

Há aqui uma questão dos transportes que o Dr. Manuel António levanta, mas eu penso que não terá lido a página 19, porque se tivesse lido a página 19, certamente teria compreendido os quadros que estão à frente. É que têm uma nota explicativa e depois se for ver, isto há uns que têm mais, há outros que têm menos e isto explica exactamente.

Mas isto é uma coisa que eu posso explicar-lhe em pormenor, se quiser e explicar-lhe o quadro. Agora, queria dizer que os quadros que são feitos nos relatórios anuais, são sempre relativos aos últimos quatro anos. Todos os anos, em termos de transportes, isto é reportado aos últimos quatro anos, não neste relatório parcial, digamos, de três em três meses, mas se o Sr. Dr. for ver os relatórios anuais, reportam-se sempre aos últimos quatro anos e este aqui assim apanha os meses de Julho e Agosto. Isto até um quadro que não terá muito interesse, porque nos meses de Julho e Agosto não têm grande número de passageiros, dá sempre uma leitura errada e eu gostava também de dizer que o maior número de utentes dos transportes públicos têm sido ainda os alunos das escolas e nós qualquer dia temos mais escolas do que autocarros. Portanto, as escolas estão espalhadas por todas as Freguesias e os alunos já não se deslocam nos autocarros (a maior parte deles) e é uma das grandes causas do abaixamento de passageiros. Em pormenor, se for ver aqui assim no quadro I diz: Pré Comprados - o número de passageiros de uma zona, duas zonas, três zonas, os que aumentaram e os que diminuíram, (neste caso variaram todos para menos) a taxa ao motorista, portanto, o bilhete vendido pelo motorista que aumentou nos dois; o passe social; o passe ao estudante e depois o total é que dá o menos 0,94%."

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, Sr. Vereador Victor Silva, esta questão do saneamento pode não ser uma questão das grandes massas do concelho nem da população do Concelho, mas é certamente um problema de uma dúzia, meia dúzia de pessoas que pagam os seus impostos, que pagam as suas tarifas e taxas municipais e que estão a mão com um problema que é um problema grave. É que de facto, são obrigados a ligar ao saneamento e não têm condições por gravidade de o ligar. O que é que isto significa? Significa que têm que equipar as suas casas com um sistema de bombagem que custa, trezentos, trezentos e tal contos, (para serem em condições) e que terão que pagar a energia constantemente do custo da bombagem, em casas que foram licenciadas por este Município, não são casas clandestinas. Daí, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, entendo que deve ser estudada uma forma de compensação a estes munícipes pelos custos agravados que vão ter, nem que seja, o alterar-se os regulamentos municipais e ver-se da possibilidade de isenção da tarifa de saneamento, para os casos em que as pessoas estão obrigadas a fazer um gasto constante em energia com a bombagem para níveis superiores."

Vogal Manuel António:

*"É só para ficar registado de que realmente o erro não é meu, como foi feito constar. Por isso, eu li muito bem a página 19 e mais uma vez eu volto a frisar, que o quadro I dá uma diminuição à volta de três mil passageiros transportados e o quadro V, se reparar - linha 1 há aumento de 3 000; linha 2 há um aumento de 2 000 e por aí adiante, ou seja, em todas as linhas há aumento. E isto não pode ser. Ou seja, não pode tudo dar variações positivas e o total dá uma variação negativa, é impossível, não pode ser, está mal. Por isso tem que corrigir, por isso o erro não é meu. É só para isto ficar claro."*

**Vogal Custódio Ramos:**

*Sr. Presidente, era só para registar também que a resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu à bancada do PS relativamente à viagem ao Japão, demonstrou que a intervenção desta bancada nesta questão era pertinente. De facto, se a paz universal se constrói através do convívio entre os povos, esta Assembleia também tem direito a conhecer a posição nesse domínio da Câmara de Aveiro e aqueles que se deslocaram em nome do Município, têm obrigação de quando chegam dar conta, aos seus pares, do que se passou. Afinal, há um relatório! E se não fosse esta bancada desconhecia-se que até existia um relatório. Foi portanto, a resposta do Sr. Presidente, que mais e melhor justificou a nossa intervenção nesse domínio."*

**Vogal Armando Vieira:**

*"Eu queria referir que houve relatório nesta viagem ao Japão, porque pela primeira vez um Presidente de Junta foi junto com uma comitiva. Mas, como o Sr. Presidente disse e é verdade, é bom que se diga, que esse Presidente de Junta ficou contente de ter realizado essa viagem, mas pagou a viagem e todas as despesas inerentes à sua viagem.*

*Querida falar do saneamento. Vejo aqui que o Relatório dos Serviços Municipalizados diz que se acompanha o saneamento na Quinta do Picado. E eu quero chamar à atenção do Sr. Presidente da Câmara mais uma vez e o alarmismo que há em Quintãs, (perdoem-me estar a particularizar) pelo facto da empreitada de esgotos, na EN 335 estar parada por falta de pagamento ao empreiteiro. E a verdade é que parou uma obra importantíssima, quando nós sabemos que uma das estradas com o maior índice de acidentes no Concelho de Aveiro, num percurso de trezentos metros, morrem em cinco anos dezoito pessoas, e não se intervém no Verão estando-se a preparar a intervenção no Inverno. Sr. Presidente, eu peço-lhe por favor, mande executar aquelas obras a passo acelerado, porque a zona da discoteca Estação da Luz, quando chove um bocadinho mais, é um lago. E eu não estou a imaginar o que é que será se andarmos a fazer aquela rede de esgotos na altura do Inverno. Além*

*do mais, aquela zona não carece só da rede de esgotos, carece da rede de águas fluviais para que se possa resolver aquele gravíssimo problema que tantas mortes tem ocasionado.”*

Não se verificando mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa deu início ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos.

**PONTO N.º 2 - PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE AVEIRO - PARECER**

De seguida para fazer a apresentação deste parecer, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da Comissão que trataram este assunto.

**Plano Estratégico da Cidade de Aveiro**

**Parecer da Assembleia Municipal de Aveiro**

*O Plano Estratégico da Cidade de Aveiro é um documento de apoio qualificado para o planeamento e desenvolvimento futuro do concelho, com influência em toda a região, e que permite ultrapassar os objectivos estritos da candidatura aos financiamentos proporcionados pelo PROSIURB. É de realçar a relevante mobilização e participação da sociedade civil aveirense bem como o interesse por esta demonstrado na elaboração deste plano, tal como revelam os pareceres emitidos pelas diversas entidades representadas no Gabinete da Cidade. A Assembleia Municipal congratula-se com este facto, lamentando, porém, que a constituição do Gabinete da Cidade não seja mais representativa.*

*O Plano Estratégico da Cidade de Aveiro, entendido como uma primeira reflexão sistematizada em que são enquadradas uma série de linhas de acção a médio e longo prazo, apresenta, não obstante, várias debilidades, algumas das quais apontadas por instituições representadas no Gabinete da Cidade.*

*Na enumeração dos recursos e potencialidades de que Aveiro dispõe, são subestimadas as suas potencialidades agrícolas, nomeadamente ao não ser contemplada a participação das estruturas ligadas à agricultura na definição do perfil do novo Parque de Feiras e Exposições de Aveiro. As Associações de Agricultores e as Juntas de Freguesia, enquanto representantes dos cidadãos, deveriam ser consideradas parceiras privilegiadas nestas e noutras acções propostas.*

*A Assembleia Municipal entende manifestar ainda a sua discordância em que a promoção do comércio na IP-5 "Aveiro - Saldos Ibéricos" seja uma forma adequada de valorização, promoção e dinamização da estrutura comercial da área central da Cidade.*

*Deve ser feita uma análise rigorosa das prioridades enunciadas e a sua discussão deve ser promovida e acelerada de forma a poderem já ser contempladas no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro para 1998.*

*Com as reservas expostas, a Assembleia Municipal de Aveiro pronuncia-se a favor do referido documento na certeza de que as lacunas apontadas poderão ser corrigidas nas fases seguintes de discussão, aprofundamento e concretização deste Plano, bem como possam, desde já, constituir pontos de enfoque no Plano de Urbanização de Aveiro em elaboração.*

**Vogal Diogo Machado:**

*" Sr. Presidente, muito obrigado. Se achar que estão então reunidas as condições, eu diria apenas duas palavras muito breves, até porque o cargo que desempenhei como Presidente desta Comissão, nada mais foi do que uma mera figura. Gostaria, em primeiro lugar, de enaltecer, agradecer e comunicar a esta Assembleia o excelente trabalho que esta Comissão desenvolveu, em pouco tempo, consensual e no interesse do Município. Em segundo lugar, gostaria também de agradecer e enaltecer, mais do que agradecer, o trabalho profícuo e interessado desempenhado pelo relator da Comissão ou pelo Secretário, como se diz no Regimento, Dr. Manuel António, que se mostrou bastante empenhado na realização deste parecer e que, não minto se disser que o seu trabalho esteve na base do parecer que aqui está hoje. Em terceiro lugar, apenas uma palavra simples sobre este parecer. Já de si simples, porque assim foi consensualmente decidido na Comissão, até porque este parecer tem como bases, os pareceres emitidos pelas outras entidades, que prestaram o serviço de emitir a sua opinião acerca deste assunto; tem também como base as opiniões emitidas pelos membros desta Assembleia na reunião em que se deliberou constituir esta Comissão. Assim sendo Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo a prestação dos*

*membros desta Assembleia que integraram a Comissão de elaboração do parecer acerca do Plano estratégico, termino dizendo, que este documento que os Senhores tem à vossa frente foi, no seio da Comissão, um documento consensual."*

**Vogal Armando Vieira:**

*" Sr. Presidente era para registar a satisfação do reconhecimento do Presidente da Comissão pelo trabalho desempenhado pelo meu companheiro, Professor Dr. Manuel António, quanto a este trabalho do Plano Estratégico. Registamos o elogio que foi feito e é a confirmação de que nesta bancada há pessoas com qualidade para trabalharem em prol dos interesses de Aveiro e da defesa de um correcto e equilibrado desenvolvimento do nosso Município."*

**Vogal Manuel António:**

*" Parece-me que o trabalho da Comissão foi de todos. O trabalho funcionou muito bem, nós os quatro demo-nos todos muito bem, todos nós demos muitas achegas, o Sr. Salavessa fez também um trabalho muito profundo, muito importante para que o documento final aparecesse tal como está. De maneira que, não vamos dar mais mérito a uns do que a outros, todos nós tivemos, penso que mérito, na maneira como o trabalho decorreu."*

**Vogal Diogo Machado:**

*"Sr. Presidente a minha intervenção viria reforçar as palavras do Professor Dr. Manuel António, (peço desculpa pela incorrecção de à pouco) dizendo que o meu enaltecimento ao trabalho do Dr. Manuel António, é um enaltecimento, penso eu, comum a todos os membros da Comissão. Obviamente, enquanto Presidente da Comissão não queria que as minhas palavras fossem mal interpretadas e no que estritamente se refere ao âmbito do trabalho desta Comissão, eu sem pejo nenhum e com todas as certezas, poderei dizer que também na bancada do Partido Socialista à gente que luta pelos interesses desta Cidade e deste Concelho, também no agrupamento parlamentar da CDU à gente que luta pelos interesses desta Cidade e deste Concelho e, modéstia à parte, também deste lado à gente que faz o mesmo. Portanto, que as minhas palavras não fossem mal interpretadas, pedindo desculpas, talvez por não ter citado da mesma forma. Agora, enquanto Presidente da Comissão, tenho a certeza e reitero aquilo que disse, o trabalho do Dr. Manuel António esteve na base deste parecer. Obviamente que o Sr. Salavessa, como ele próprio o diz e com piada, se o parecer fosse à maneira dele se calhar seria maior que o Plano, tantas eram as achegas, tantas eram as opiniões que ele tinha preparadas. Pela minha parte*

*aquilo que eu quis dizer e torno a frisar, a enfatizar, é que realmente esta Comissão foi uma Comissão modelo, tanto no tempo que demorou a produzir o parecer, como pela consensualidade penso eu, que foi obtida facilmente no seio desta Comissão.*

Vogal António Salavessa:

*" Já acabou de dizer; Comissão é isto mesmo. Comissão é isto mesmo e houve um consenso muito grande, porque a Câmara precisava deste documento agora em Setembro. Porque eu prometo, juro, eu seja "ceguinho" que se não fosse esta necessidade temporal de dar resposta e de colaborar com a Câmara, que o consenso não seria tão grande. Mas Comissão, é assim mesmo. Comissão tem um objectivo; para este objectivo foi ter um parecerzinho pronto. Agora, hoje, para se fazerem as candidaturas à PROSIURB estive tudo muito bem. E nesse ponto de vista estamos todos de acordo."*

Presidente da Câmara:

*"Estava a pedir a palavra para me referir a este Parecer e é só uma palavra mesmo. Agradecer o trabalho efectuado pela Comissão, reconhecer o alimento e o serviço prestado a este processo chamado Plano Estratégico e dizer de facto que, as propostas da PROSIURB estão até já preparadas para ser remetidas superiormente. Muito obrigado."*

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o ponto n.º 2 da agenda de trabalhos - Plano Estratégico da Cidade de Aveiro - Parecer - o qual foi aprovado por unanimidade (11 PP + 4 PSD + 6 PS + 1 CDU)

### **PONTO N.º 3 - DERRAMA**

*Deliberação da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 97-07-14: DERRAMA: - De acordo com o que estabelece o art.º 5º da Lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 37/93, de 13 de Fevereiro, foi deliberado por unanimidade, propôr o lançamento da derrama na percentagem de 10%, a incidir sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), relativamente ao rendimento gerado na área do Município.*

Foi ainda deliberado, por unanimidade e por proposta do Sr. Presidente, que o produto obtido seja aplicado nas obras de recuperação do Edifício dos Paços do Concelho, Construção dos Museus Municipais, Eixo Estruturante, Aquisição das Instalações do Antigo Quartel da GNR e Redes de Saneamento nas Urbanizações de Sá-Barrocas e Forca-Vouga (continuação) e Rede de Saneamento na Urbanização da Quinta do Cruzeiro, Construção dos Sub-Sistemas da Forca-Vouga/Santa Joana e Agras do Norte/Sá-Barrocas para ligação ao Sistema de Esgueira.

A presente deliberação vai ser submetida à consideração da Assembleia Municipal, nos termos do que estabelece a alínea p) do n.º 2 do art.º 39 do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março.

Presidente da Câmara:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez é um trabalho e uma proposta que se apresenta anualmente para o lançamento da derrama e a percentagem que a Câmara propõe é de 10%, igual à do ano passado e nos últimos anos. Penso que na proposta que foi apresentada consta inteiramente a legislação que permite o lançamento desta derrama; constam também os objectivos dela e onde vai ser aplicada. Resta-me acrescentar à proposta aquilo que está a ser feito, por exemplo no ano que decorre, tal como foi previsto no ano findo, tem vindo a ser aplicada em saneamento em St<sup>a</sup> Joana, em S. Jacinto, Aradas, Quinta do Picado e nos próprios museus municipais, que eram algumas das intenções que constavam da proposta do ano passado. Este ano apresentamos também várias rubricas, em que esse investimento pode verificar-se, tem perfeito cabimento e se são várias é porque, claro, não temos neste momento um Plano já feito, mas certamente que a aplicação resultará nalgumas delas, nos projectos aí previstos na proposta. De maneira que é uma discussão normal. Posso-lhe também dizer que, relativamente à derrama recebemos em 1996, 458 000 contos; este ano recebemos agora há poucos dias 364 000 contos; ainda não atingimos, mas temos a informação que haverá outra tranche em termos de derrama, até porque tínhamos previsto para este orçamento, 500 000 contos. Vamos ver se acertamos no fim do ano, portanto não estamos ainda no fim do ano. Esta é a informação deste dia em que nos encontramos. Ela tem vindo a subir, em 1994 (numa nota que aqui tenho) foram 238 000; 1995 - 340 484; 1996 - 458 000; vamos ver o que é que resulta agora em 1997.”

Vogal António Salavessa:

*"Sr. Presidente Srs. Deputados a Derrama é mais uma receita ordinária do Município. Era bom que a nova Lei das Finanças Locais, que venha a ser implementada, adquira medidas e formas que permitam acabar com a necessidade deste tipo de recurso. E a dívida maior que tenho em relação a este tipo de questões é a seguinte: é que ao mesmo tempo que a Câmara vai lançar um imposto sobre os resultados das empresas que estão a funcionar e que tiveram resultados positivos e que apresentaram lucros e que por isso são objecto da derrama, a Câmara aparece também hoje, cada vez mais, como uma entidade que facilita, que propicia os lucros de outras empresas. Isto é, cobra a todos, a todos os que tiveram lucros, para pagar a terceiros serviços (não apenas para cobrir serviços públicos), mas para pagar concessões prestadas a terceiros. Quer dizer, não é com simpatia, aliás, é com bastante antipatia que eu vejo a Câmara a concessionar a terceiros, por verbas exorbitantes, a concessão de determinados serviços, necessitando por isso de continuar a lançar às empresas que estão em actividade no Concelho, derramas sobre os lucros que são obtidos. Este caminho não me parece ser o mais adequado. Quando aqui discutimos a concessão à SUMA, tive a oportunidade de dizer que a Câmara podia poupar por ano em relação àquilo que gasta, cerca de 100 mil contos. É verdade que a derrama prevista é mais do que isso, mas esta questão da gestão dos fundos municipais, penso que tem que ser melhor cuidada no futuro e que não se pode estar a tirar a empresas que obtêm de forma legítima os seus resultados, para a entregar com todas as facilidades a algumas poucas empresas que prestam serviços ao município."*

**Vogal Custódio Ramos:**

*"Só numa perspectiva concordo com o Sr. Salavessa, que é a que de facto a Derrama é por definição, um lançamento de um imposto extraordinário. Mas como também ele disse, ao longo de décadas todos os Municípios, de todas as cores políticas, recorrem a este mecanismo legal e como tal, penso que nenhum de nós terá argumentos para dizer: Do meu lado estamos isentos de mácula, não vamos votar a favor. No caso presente acresce mais uma nota curiosa, é que, ocorre-me por exemplo um pensamento inverso, que é felicitar o Prof. Celso por ter tido a coragem de lançar esta derrama cujos frutos vai colher em Setembro do ano que vem e não sei se é ele que vai colher (ele também não sabe), eu por mim espero que sejam outras pessoas a colher este voto que hoje todos nós (precisamente perante esta incógnita), temos que dar nesta noite."*

Entretanto saiu da Sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa.

Vogal Jorge Nascimento:

*"A Derrama é realmente uma espécie de imposto extraordinário, como aqui já foi dito caiu na rotina e com o que o Município vem contando para o consignar, em sede de justificação, para obras extraordinárias. Foi aqui afluída uma questão que merece algum relevo, seja de que maneira for. É uma receita que tem sido útil e que é gasta no interesse do município. Foi aqui afluída a questão, se o Município faz ou não faz a melhor gestão dos fundos que tem e pretendeu-se de alguma maneira dizer que há que ter no futuro algum cuidado com isto, mas penso que quando controlou essa ideia era no sentido do controlo da justificação dos fundos municipais, quando se contratam serviços particulares. Eu penso que o problema não foi colocado na sua verdadeira dimensão, porque há outras nuances a ter em conta quando se contrata um serviço que até um certo momento era desempenhado pela autarquia, a uma empresa do âmbito privado. E, há que ter em conta, que quando se contratam serviços com empresas privadas, o quadro de pessoal, se não reduz imediatamente, tende a desaparecer. E hoje nós verificamos aí mesmo as empresas públicas, de há uns tempos a esta parte, vêm preferindo fazer contratos com privados, a ter quadros ampliados, logo, aí falha um elemento: qual é o impacto do alívio do quadro de pessoal do alívio do parque do imobilizado. Portanto, isto não é linear dizer, num ano gasta tanto e no outro gasta o mesmo ou gasta mais, não pode fazer-se essa comparação. Independentemente desse facto, também interessa questionar o serviço, quer dizer, pode ser caríssimo ou pode ser baratíssimo consoante o tipo ou a qualidade do serviço que se produz. Eu não conheço a SUMA a não ser pela identificação dos carros, mas nota-se que realmente (é uma coisa conhecida de todos os munícipes de Aveiro) o serviço melhorou. Portanto, outro dado importante a ter em conta para este aparente maior custo do serviço, é a qualidade do serviço que se recebe. E essa parte também não está há vista. Mas entendo de uma forma geral, que é princípio aceite pela gestão corrente mesmo das empresas públicas e dos municípios, confiarem muito serviço, conseguindo que muito serviço seja feito por privados que normalmente e em regra tem melhor qualidade."*

Vogal Armando Vieira:

*"Sr. Presidente, é verdade que a Derrama tem sido um imposto útil para o Município e tornou-se efectivamente, numa prática*

corrente. Não podemos criticar o Município por tal, uma vez que é uma receita importante para o desenvolvimento das obras que quer implementar. Mas há aqui uma questão que eu tenho de levantar. É que uma vez mais (e os Senhores não devem esquecer-se) o IRC e a Derrama correspondente, são produzidos em indústrias habitualmente situadas na periferia da cidade e uma vez mais, essa periferia que sofre os efeitos negativos da localização dessas indústrias não vai beneficiar dos impostos produzidos pelas mesmas indústrias. Lamentavelmente são para obras a realizar na cidade, e nós, os de fora da cidade, os rurais, mais uma vez somos relegados para segundo plano, injustamente, e continuamos calados. Seria bom que a Câmara também investisse parte desse dinheiro numa política industrial e de desenvolvimento e de melhoria das condições das infra-estruturas das zonas industriais, na criação de novas zonas industriais e no desenvolvimento daquelas que estão criadas e que estão perfeitamente abandonadas, como por exemplo a zona industrial de Eixo.

Sr. Presidente, a zona industrial de Eixo não se desenvolve porquê? Porque é que parte deste dinheiro não é utilizado a desenvolver a zona industrial de Eixo, com a qual o Município teria muito a ganhar? É só isto."

De seguida o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o ponto n.º 3 Derrama, tendo sido o mesmo aprovado por maioria de dezoito votos a favor (10 PP+ 4 PSD+ 4PS) e três abstenções (1 PP+ 1PS+ 1 CDU).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal António Salavessa:

"Abstive-me na votação da Derrama, devido ao facto de considerar, que parte das receitas que dela são provenientes são mal baratadas por esta gestão Municipal."

Vogal Armando Vieira:

"Votei a favor, na esperança de que o Sr. Presidente da Câmara que vier a seguir, tenha preocupação de investir parte deste dinheiro, no desenvolvimento das zonas industriais que produzem estes impostos e na melhoria de condições e das infra-estruturas dessas mesmas zonas industriais, nomeadamente, das já existentes."

Vogal Custódio Ramos:

*"Votei a favor, na medida em que a lei que confere aos Municípios e a esta Assembleia a possibilidade de lançar este imposto, é uma lei anacrónica, e isto não passa de um mero formalismo, que eu diria que já não se justifica em termos de angariação de fundos para a gestão Municipal. Portanto, isto não passa de um mero formalismo em todos os Municípios deste País. Por outro lado, estou convencido que na perspectiva de Eleições Autárquicas é leal, não se reveste de qualquer outro sentido que não seja o interesse Municipal, a forma como foi colocada a questão em termos de lançamento da Derrama."*

*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

#### **PONTO N.º 4 - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA**

*Deliberação da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 14-07-97: - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA - Com base no que dispõe a alínea b) do art.º 16º do Decreto-Lei n.º 442-C/88, de 30 de Novembro (Código da Contribuição Autárquica), na nova redacção dada pela Lei n.º 52-C/96, de 27 de Dezembro (Orçamento do Estado para 1997), a Câmara deliberou, por unanimidade, e por proposta do Sr. Presidente, fixar em 1% a taxa da Contribuição Autárquica para prédios urbanos, a cobrar no próximo ano de 1998, carecendo a presente deliberação da aprovação da Assembleia Municipal.*

Presidente da Câmara:

*"É o habitual, todos os anos é fixada uma taxa da Contribuição Autárquica nos termos da legislação existente para os prédios urbanos que é o que está em causa, varia entre os 0,7 e os 1,3 e propomos a esta Assembleia que aprove a decisão da Câmara de a fixar em 1,0 que é igual ao ano passado. Posso informar que em 1994 foram, 530 mil contos de contribuição Autárquica recebidos, em 1995 - 638 mil contos, em 1996 - 630 mil contos, desceu alguma coisa. Este é um imposto que depende muito das construções, também depende das isenções, depende da actualização ou não e das Comissões que fazem as avaliações, que eu não faço comentário. E é isto Sr. Presidente."*

Entretanto deu entrada na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa.

Não se verificando intervenções o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia o ponto n.º 4 Contribuição Autárquica, tendo sido este aprovado por maioria de vinte votos a favor (11 PP+ 4 PSD+ 4 PS+ 1 CDU) e duas abstenções ( 2 PS).

Terminados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia, a minuta da acta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00:30 horas da manhã do dia 27.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

  
António de Sousa Dias  
Mantinha-se o mesmo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 83

ACTA EM MINUTA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO REALIZADA EM 26.09.97

Aos vinte seis dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião da Sessão Ordinária do mês de Setembro da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

Ponto n.º 2 - Plano Estratégico da Cidade de Aveiro - Parecer;

APROVADO POR ~~MAIORIA DE~~ <sup>UNANIMIDADE DE</sup> ~~VOTOS A FAVOR, VOTOS CONTRA~~ E ~~ABSTENÇÕES~~

Ponto n.º 3 - Derrama;

APROVADO POR MAIORIA DE 18 VOTOS A FAVOR, ~~VOTOS CONTRA~~ E 3 ABSTENÇÕES

Ponto n.º 4 - Contribuição Autárquica;

APROVADO POR MAIORIA DE 20 VOTOS A FAVOR, ~~VOTOS CONTRA~~ E 2 ABSTENÇÕES

